

PROVAS ANTERIORES FCC
SERVIDORES PÚBLICOS

1. (Analista Judiciário – Área Administrativa – TER BA/2003) - A apuração de irregularidade no serviço público, da qual possa resultar ao servidor a imposição de pena de demissão, será feita por meio de
(A) investigação sumária.
(B) sindicância.
(C) inquérito administrativo.
(D) processo judicial.
(E) processo administrativo disciplinar.
2. (Analista Judiciário – Área Administrativa – TER BA/2003) - A investidura em cargo público ocorrerá com
(A) o provimento.
(B) a nomeação.
(C) o aproveitamento.
(D) a posse.
(E) a aprovação em concurso.
3. (Analista Judiciário – Área Administrativa – TRE BA/2003) - O inquérito administrativo é
(A) a investigação prévia ao processo administrativo disciplinar.
(B) a fase inicial da sindicância.
(C) meio de imposição de penalidade de advertência.
(D) fase do processo administrativo disciplinar.
(E) meio de imposição de suspensão de até 30 dias.
4. (Analista Judiciário – Área Administrativa – TRT 21ª Região/2003) - João Victor, técnico judiciário, injustificadamente recusou-se a ser submetido à inspeção médica determinada por Luiza, Diretora de sua unidade. A mesma Diretora mantém sua irmã Rozana sob sua chefia imediata, em cargo de confiança. Nesse caso, João Victor e Luiza estão sujeitos, respectivamente, às penas de
(A) suspensão de até 30 dias e multa com base em 1/3 por dia de vencimento.
(B) suspensão de até 15 dias e advertência por escrito.
(C) advertência por escrito e suspensão de até 30 dias.
(D) advertência verbal e demissão.
(E) multa, com base em 1/3 por dia de vencimento, e substituição do cargo em comissão.
5. (Analista Judiciário – Área Administrativa – TRT 21ª Região/2003) - O servidor público investido em mandato eletivo está sujeito a várias disposições. Tratando-se de mandato
(A) federal, ficará afastado de seu cargo ou função e com prejuízo de vencimentos.
(B) para prefeito, será afastado do cargo e terá a remuneração desse cargo político.
(C) para vereador, não será afastado do cargo, em nenhuma hipótese, mantendo a remuneração deste.
(D) estadual, não será afastado do cargo ou função e terá a remuneração desse cargo político.
(E) distrital, não ficará afastado do cargo ou função, mas poderá optar pela sua remuneração.
6. (Analista Judiciário – Área Administrativa – TRE CE/2002) - Conforme regra da Lei n o 8.112/90, o servidor em débito com o erário, que for exonerado, terá o prazo de 60 dias para quitar o débito. A não quitação do débito nesse prazo implicará
(A) revogação da exoneração.
(B) inscrição do débito em dívida ativa.
(C) penhora administrativa de bens do servidor.
(D) abertura de processo administrativo disciplinar contra o servidor, visando à conversão da exoneração em demissão.
(E) anulação da exoneração.
7. (Analista Judiciário – Área Administrativa – TRE CE/2002) - Considere o seguinte caso prático:
“Numa situação de urgência, a União, por decreto do Presidente da República, cria 30 novos cargos públicos. Para o preenchimento desses cargos, é aberto concurso público de títulos, cujo edital prevê prazo de validade de dois anos, sem possibilidade de prorrogação.”
Nesse caso, está
(A) correta a previsão de não prorrogação do prazo de validade.
(B) correta a forma de criação dos cargos em situação de urgência.
(C) correto o critério de julgamento do concurso.
(D) incorreta a realização do concurso em lugar de procedimento licitatório.
(E) incorreto o prazo de validade do concurso.
8. (Analista Judiciário – Área Administrativa – TRE CE/2002) - Nos termos da Lei n o 8.112/90, a posse de um servidor público federal ocorrerá no prazo de 30 dias contados da publicação do ato de provimento. Caso a posse não ocorra nesse prazo, a consequência prevista é
(A) anular-se a classificação do servidor no respectivo concurso.
(B) a demissão do servidor.
(C) a exoneração do servidor.
(D) a disponibilidade do servidor.
(E) tornar-se sem efeito o ato de provimento.
9. (Analista Judiciário – Área Administrativa – TRE CE/2002) - No regime da Lei n o 8.112/90, a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa,
(A) é possível e se chama reintegração.
(B) não é possível, pois tal invalidação depende de decisão judicial.
(C) não é possível, pois tal reinvestidura depende de novo concurso público.

- (D) não é possível, devendo a reinvestidura se dar em outro cargo que estiver vago.
(E) é possível e se chama reversão.
18/08/03 - 16:31
10. (Analista Judiciário – Área Administrativa – TRE CE/2002) - Conforme regra da Lei n o 8.112/90, o servidor em débito com o erário, que for exonerado, terá o prazo de 60 dias para quitar o débito. A não quitação do débito nesse prazo implicará
(A) revogação da exoneração.
(B) inscrição do débito em dívida ativa.
(C) penhora administrativa de bens do servidor.
(D) abertura de processo administrativo disciplinar contra o servidor, visando à conversão da exoneração em demissão.
(E) anulação da exoneração.
11. (Analista Judiciário – Área Administrativa – TRE CE/2002) - Considere o seguinte caso prático:
“Numa situação de urgência, a União, por decreto do Presidente da República, cria 30 novos cargos públicos. Para o preenchimento desses cargos, é aberto concurso público de títulos, cujo edital prevê prazo de validade de dois anos, sem possibilidade de prorrogação.”
Nesse caso, está
(A) correta a previsão de não prorrogação do prazo de validade.
(B) correta a forma de criação dos cargos em situação de urgência.
(C) correto o critério de julgamento do concurso.
(D) incorreta a realização do concurso em lugar de procedimento licitatório.
(E) incorreto o prazo de validade do concurso.
12. (Analista Judiciário – Área Administrativa – TRE CE/2002) - Nos termos da Lei n o 8.112/90, a posse de um servidor público federal ocorrerá no prazo de 30 dias contados da publicação do ato de provimento. Caso a posse não ocorra nesse prazo, a consequência prevista é
(A) anular-se a classificação do servidor no respectivo concurso.
(B) a demissão do servidor.
(C) a exoneração do servidor.
(D) a disponibilidade do servidor.
(E) tornar-se sem efeito o ato de provimento.
13. (Analista Judiciário – Área Administrativa – TRE CE/2002) - No regime da Lei n o 8.112/90, a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa,
(A) é possível e se chama reintegração.
(B) não é possível, pois tal invalidação depende de decisão judicial.
(C) não é possível, pois tal reinvestidura depende de novo concurso público.
(D) não é possível, devendo a reinvestidura se dar em outro cargo que estiver vago.
(E) é possível e se chama reversão.
18/08/03 - 16:31
14. (Analista Judiciário – Área Administrativa – TER - CE/2002) - A nomeação para cargo em comissão
(A) depende de prévia aprovação em concurso público e o servidor pode ser livremente exonerado pela Administração Pública.
(B) independe de aprovação em concurso público e o servidor pode ser livremente exonerado pela Administração Pública a qualquer tempo.
(C) independe de aprovação em concurso público e o servidor somente pode ser exonerado pela Administração Pública mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho.
(D) independe de aprovação em concurso público e o servidor somente pode ser exonerado pela Administração Pública antes de adquirir estabilidade.
(E) depende de prévia aprovação em concurso público e o servidor somente pode ser exonerado mediante regular processo administrativo.
15. (Analista Judiciário – Área Administrativa – TRF 1ª Região) - Em matéria de acumulação de cargo, é certo que
(A) os princípios que regem essa acumulação não se aplicam aos empregos e funções nas empresas paraestatais.
(B) vige a regra da permissividade da acumulação de cargos, empregos e funções públicas, sendo exceção a proibição.
(C) vige a regra da não-acumulação de cargos, empregos e funções públicas, sendo exceção a acumulação.
(D) não será necessário atender à compatibilidade de horários, quando a acumulação for de cargo em comissão ou de caráter temporário.
(E) o aposentado pode, sempre e livremente, acumular provento e remuneração decorrente do exercício de cargo titularizado após a aposentadoria.
16. (Analista Judiciário – Área Administrativa – TRF 1ª Região) - Dentre outras, constituem penas disciplinares aplicáveis aos servidores públicos, a
(A) repreensão e férias obrigatórias sem abono.
(B) cassação de aposentadoria e a exoneração.
(C) advertência verbal e licença para fins militares.
(D) destituição de cargo em comissão e o afastamento para outros órgãos.
(E) destituição de função comissionada e a cassação de disponibilidade.
17. (Analista Judiciário – Área Administrativa – TRF 5ª região/2003) - Abelardo é titular do cargo de médico em hospital mantido por autarquia estadual, no qual trabalha de segunda a quarta-feira, toda semana. Paralelamente, ocupa cargo semelhante em hospital mantido pela Administração direta municipal, no qual trabalha às quintas e sextas-feiras. A acumulação de cargos, nessa hipótese, é
(A) permitida, por se tratar de dois cargos de profissional da área da saúde.
(B) permitida, por se tratar de hospitais mantidos por diferentes entes federativos.
(C) permitida, pois a proibição de acumulação não se estende a cargos da Administração indireta.
(D) proibida, pois a acumulação somente é permitida para cargos de professor.

(E) proibida, pois não se podem acumular cargos públicos.

18. (Analista Judiciário – Área Administrativa – TRF 5ª região/2003) - A exoneração de servidor que ocupa cargo em comissão, por decisão da autoridade superior,
(A) depende da oitiva prévia do servidor.
(B) deve ser precedida de regular processo administrativo.
(C) depende da verificação de hipótese prevista taxativamente na lei.
(D) é sanção aplicável aos casos de falta grave no exercício da função.
(E) é ato administrativo discricionário.

19. (Analista Judiciário – Área Administrativa – TRF 5ª região/2003) - NÃO é proibição aplicável ao servidor público:
(A) aceitar emprego ou comissão de Estado estrangeiro.
(B) valer-se do cargo para obter proveito pessoal, em detrimento da dignidade da função pública.
(C) delegar funções a pessoas estranhas à repartição, fora dos casos previstos em lei.
(D) ser membro do Conselho de Administração de sociedade de economia mista federal.
(E) retardar injustificadamente a tramitação de processo administrativo.

20. (Analista Judiciário – Área Administrativa – TRF 5ª região/2003) – Determinado servidor ausenta-se do serviço, sem causa justificada, pelo período de 45 dias alternados, no prazo de 4 meses. Posteriormente, o servidor retoma normal-mente suas atividades. Em razão desse fato, é instaurado processo administrativo disciplinar, que poderá culminar com a aplicação da pena de
(A) demissão por inassiduidade habitual.
(B) advertência ou suspensão, por inassiduidade habitual.
(C) demissão por abandono de cargo.
(D) advertência, sem prejuízo da posterior demissão caso o servidor falte mais 15 dias nos próximos 12 meses.
(E) advertência, sem prejuízo da posterior demissão caso o servidor falte mais 15 dias nos próximos 8 meses.

22/05/03 - 15:52

21. (Analista Judiciário – Área Administrativa – TRF 5ª região/2003) - A revisão de processo administrativo disciplinar pode ser realizada a qualquer tempo,
(A) de ofício ou a requerimento do interessado, sem necessidade de alegação de novos elementos para o julgamento.
(B) apenas a requerimento do interessado, sem necessidade de alegação de novos elementos para o julgamento.
(C) de ofício ou a requerimento do interessado, havendo alegação de novos elementos para o julgamento.
(D) apenas de ofício, havendo alegação de novos elementos para o julgamento.
(E) apenas a requerimento do interessado, havendo alegação de novos elementos para o julgamento.

22. (Analista Judiciário – Área Administrativa – TRT 20ª Região/2002) - É elemento compatível com o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, traçado pela Lei nº 8.112/90,
(A) a criação de cargos públicos sem denominação própria.
(B) a impossibilidade de provimento em comissão em se tratando de cargos públicos.
(C) a prestação de serviços gratuitos, desde que prevista em lei.
(D) a criação de cargos públicos por ato administrativo.
(E) o pagamento dos vencimentos decorrentes de cargo público com verbas da iniciativa privada.

23. (Analista Judiciário – Área Administrativa – TRT 20ª Região/2002) - A Lei nº 8.112/90 oferece um rol de atos dos quais decorre a vacância do cargo público. É estranha a esse rol a
(A) promoção.
(B) aposentadoria.
(C) exoneração.
(D) reintegração.
(E) readaptação.

24. (Analista Judiciário – Área Administrativa – TRT 20ª Região/2002) - A vantagem paga ao servidor público federal, destinada a compensar suas despesas de instalação quando, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, chama-se
(A) adicional pela prestação de serviço extraordinário.
(B) adicional de atividades penosas.
(C) diária.
(D) indenização de transporte.
(E) ajuda de custo.

04/07/02 - 13:45

25. (Analista Judiciário – Área Administrativa – TRE PI/2002) - Carreira profissional é
(A) uma sequência de instruções que podem ser utilizadas ao longo da vida.
(B) uma combinação de objetivos e resultados ocorridos no decorrer de uma vida.
(C) o conjunto de aptidões, temperamento e qualidades de um indivíduo dentro da organização.
(D) o conjunto de habilidades, interesses, necessidades e valores relacionados ao trabalho.
(E) a sequência de cargos ocupados por uma pessoa durante o curso de sua vida.

26. (Analista Judiciário – Execução de Mandados – TRT/19ª Região) - Um servidor, ocupante de cargo efetivo, recebe "licença por motivo de doença em pessoa da família", justificada por doença de seu padrao, devidamente comprovada por junta médica oficial. Essa licença é deferida, sem prejuízo da remuneração, por 30 dias, prorrogável por até 30 dias, e, excedidos esses prazos, por mais 22 meses, mas, nesse último caso, sem remuneração. Está errado o deferimento dessa licença, pois
(A) o período da segunda prorrogação se dá com pagamento de remuneração proporcional ao tempo de serviço.
(B) doença de padrao não é motivo que o justifique.
(C) essa licença, desde o início, se dá com prejuízo da remuneração.
(D) o período da segunda prorrogação é de até 90 dias.
(E) essa licença não é prorrogável.

27. (Analista Judiciário – Execução de Mandados – TRT/19ª Região) - Antônio é aprovado em concurso público, para provimento de cargo efetivo. O resultado do concurso é divulgado no dia 1º de março e a nomeação de Antônio é publicada no dia 20 de março. No dia 30 de abril do mesmo ano, Antônio ainda não compareceu para tomar posse. Nessa situação, considerando-se a regra geral da Lei, o prazo para Antônio tomar posse
(A) já se esgotou, devendo o ato de provimento de Antônio ser tornado sem efeito.
(B) é ainda de 1 dia.
(C) é ainda de 5 dias.
(D) é ainda de 20 dias.
(E) já se esgotou, devendo Antônio ser exonerado.

28. (Analista Judiciário – Execução de Mandados – TRT/19ª Região) - A investidura de um servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com limitação que tenha sofrido em sua capacidade física, verificada em inspeção médica,
(A) é admitida na Lei e se diz recondução.
(B) não é admitida na Lei, salvo por novo concurso, restando ao servidor a opção da aposentadoria por invalidez.
(C) é admitida na Lei e se diz readaptação.
(D) é admitida na Lei e se diz reversão.
(E) é admitida na Lei e se diz reintegração.

29. (Analista Judiciário – Execução de Mandados – TRT/19ª Região) - Considere que no mês atual, em que o salário mínimo é de R\$ 200,00, um servidor público federal recebeu vencimento de R\$ 180,00, acrescido de ajuda de custo de R\$ 70,00, que se incorporou ao vencimento. A situação assim descrita
(A) contraria o disposto na Lei, pois ajuda de custo não pode ser acrescida ao vencimento.
(B) não contraria o disposto na Lei.
(C) contraria o disposto na Lei, pois o vencimento não pode ser inferior ao salário mínimo, mesmo que haja a incorporação da ajuda de custo.
(D) contraria o disposto na Lei, pois nela não há previsão de pagamento de ajuda de custo.
(E) contraria o disposto na Lei, pois o vencimento não pode ser inferior ao salário mínimo e a ajuda de cus-to, sendo indenização, não se incorpora ao ven-cimento.

30. (Analista Judiciário – Execução de Mandados – TRT/19ª Região) - Um servidor público, punido com penalidade de suspensão, que tenha, depois disso, passado por 5 anos de efetivo exercício sem praticar nova infração disciplinar,
(A) não terá direito a benefício em relação à penalidade aplicada.
(B) terá direito à anulação da penalidade de suspensão.
(C) terá direito à revogação da penalidade de suspensão.
(D) terá direito a ter o registro da penalidade de suspensão cancelado.
(E) terá direito a ter a penalidade de suspensão convertida em advertência.

31. (Analista Judiciário – Execução de Mandados – TRT/19ª Região) - A apuração do tempo de serviço será feita em
(A) dias, que serão convertidos em anos, considerado o ano como de 365 dias.
(B) meses, que serão convertidos em anos, considerado o ano como de 12 meses.
(C) dias, que serão convertidos em meses, considerado o mês como de 31 dias.
(D) dias, que serão convertidos em meses, considerado o mês como de 30 dias.
(E) dias, que serão convertidos em semanas, consi-derada a semana como de 7 dias.

32. (Analista Judiciário – Execução de Mandados – TRT/19ª Região) - Em matéria de responsabilidade do servidor público, ocorrendo a prática de um mesmo fato delituoso,
(A) a aplicação de uma sanção, seja civil, penal ou administrativa, exclui a aplicação das demais.
(B) as sanções civil, penal e administrativa poderão cumular-se.
(C) a sanção administrativa exclui a aplicação da sanção penal e da civil, mas estas são cumuláveis entre si.
(D) a sanção penal exclui a aplicação da sanção civil e da administrativa, mas estas são cumuláveis entre si.
(E) a sanção civil exclui a aplicação da sanção penal e da administrativa, mas estas são cumuláveis entre si.

33. (Analista Judiciário – Execução de Mandados – TRF 1ª Região/2001) - Considerando o cargo público, é INCORRETO afirmar que sua posse
(A) poderá dar-se mediante procuração específica.
(B) só ocorrerá nos casos em que o provimento for por nomeação.
(C) depende de prévia inspeção médica para o cargo efetivo, dispensada esta para o cargo em comissão.
(D) terá seu prazo também contado do término da licença para capacitação.
(E) ocorrerá, de regra, no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento.

34. (Analista Judiciário – Execução de Mandados – TRF 1ª Região/2001) - Dentre outras proibições impostas aos servidor público, observa-se que não poderá, em nenhuma hipótese,
(A) opor resistência ao andamento de processo.
(B) receber propina, presente ou vantagem de qualquer espécie.
(C) exercer o comércio.
(D) cometer a outro servidor atribuição estranha ao cargo que ocupa.
(E) manter sob sua chefia imediata em função de confiança o parente até o segundo grau civil.

35. (Analista Judiciário – Execução de Mandados – TRF 1ª Região/2001) - Na revisão do processo administrativo disciplinar, diz-se que
(A) o ônus da prova cabe ao Poder Público competente.
(B) não constitui fundamento do pedido a simples alegação de injustiça da penalidade.
(C) o pedido, que sempre depende de caução, correrá em autos apartados do processo originário.
(D) o pedido pode ser feito pelo respectivo tutor, se o requerente estiver mentalmente insano.
(E) poderá resultar no agravamento da penalidade, desde que justificado pelo surgimento de fato novo.

36. (Analista Judiciário – Execução de Mandados – TRF 1ª Região/2001) - Os servidores nomeados para cargos de provimento efetivo em virtude de concurso público adquirem estabilidade após o efetivo exercício de

(A) dois anos, mas podem perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

(B) dois anos, mas podem perder o cargo mediante processo administrativo em que lhes seja assegurada ampla defesa.

(C) três anos, mas só podem perder o cargo mediante sentença judicial transitada em julgado.

(D) três anos, mas podem perder o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, a critério da autoridade administrativa.

(E) três anos, mas podem perder o cargo mediante processo administrativo em que lhes seja assegurada ampla defesa.

37. (Analista Judiciário – Execução de Mandados – TRF 4ª região/2001) - No que tange à remuneração e ao provento do servidor, observa-se que

(A) não poderão ser objeto de penhora, salvo no caso de prestação alimentícia resultante de decisão judicial.

(B) não poderão sofrer desconto, ainda que por mandado judicial.

(C) poderão ser objeto de sequestro em qualquer hipótese.

(D) não poderão sofrer consignação em folha de pagamento a favor de terceiros.

(E) não poderão ser objeto de arresto em qualquer hipótese.

38. (Analista Judiciário – Execução de Mandados – TRF 4ª região/2001) - É certo que, no processo administrativo disciplinar, o afastamento preventivo do exercício do cargo, poderá ser imposto ao servidor, pelo prazo de até

(A) noventa dias, prorrogável por igual prazo.

(B) noventa dias, improrrogável.

(C) sessenta dias, prorrogável por igual prazo.

(D) sessenta dias, improrrogável.

(E) trinta dias, prorrogável até a conclusão do processo.

39. (Analista Judiciário – Execução de Mandados – TRF 4ª região/2001) - Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na

(A) inatividade, falta punível com demissão ou suspensão de sessenta a noventa dias.

(B) atividade, falta punível com demissão ou suspensão de sessenta a noventa dias.

(C) atividade, falta punível com demissão ou suspensão de cento e vinte dias.

(D) inatividade ou atividade, falta punível com demissão.

(E) atividade, falta punível com demissão.

40. (Analista Judiciário – Execução de Mandados – TRF 4ª região/2001) - Considere os seguintes direitos sociais:

I. Seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.

II. Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.

III. Décimo terceiro salário, com base na remuneração integral.

IV. Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.

São aplicáveis aos ocupantes de cargos públicos APENAS

- (A) III e IV.
- (B) II e IV.
- (C) I e IV.
- (D) I e III.
- (E) I e II.

41. (Analista Judiciário – Execução de Mandados – TRF 4ª região/2001) - O "tempo de contribuição"

(A) não é base para efeito de aposentadoria por invalidez do servidor público, pois seus proventos serão proporcionais ao "tempo de serviço".

(B) fictício, criado em lei federal especial, pode ser contado para efeito de aposentadoria ou de disponibilidade.

(C) federal, estadual ou municipal identifica-se a "tempo de serviço", conforme a Constituição Federal.

(D) é a base para aposentadoria dos trabalhadores urbanos e rurais, e o "tempo de serviço" é a base para aposentadoria dos servidores públicos.

(E) federal, estadual ou municipal deve ser contado para

42. (Analista Judiciário – Execução de Mandados - TRF 5ª Região/2003) - Um servidor público federal, que exerça remuneradamente cargo público de médico junto à Administração Direta, acumulando, de modo também remunerado, um cargo público de professor junto a uma autarquia federal,

(A) não pode acumular, remuneradamente, mais nenhum cargo ou emprego público, em nenhuma das esferas da Federação.

(B) pode ainda, remuneradamente, acumular um cargo público de médico ou de professor na esfera federal.

(C) pode ainda, remuneradamente, acumular um cargo público de médico ou de professor, desde que na esfera estadual ou na municipal.

(D) pode ainda, remuneradamente, acumular um emprego público de médico ou de professor em qualquer das esferas da federação.

(E) pode ainda, remuneradamente, acumular um emprego público de médico ou de professor, desde que na esfera estadual ou na municipal.

43. (Analista Judiciário – Execução de Mandados - TRF 5ª Região/2003) - Um servidor público federal comete um ato que supostamente configura, ao mesmo tempo, ilícito penal e administrativo. São instaurados processos distintos para apurar as duas ordens de responsabilidade, mas o processo penal encerra-se primeiro, com a absolvição do servidor pela negativa da existência do fato. Assim sendo, o servidor foi automaticamente absolvido na esfera administrativa. Na situação acima,

(A) está errada a instauração simultânea dos dois processos, pois isso caracteriza o chamado bis in idem.

(B) está correta a instauração simultânea dos dois processos, todavia, o processo penal deveria ter restado sobrestado até a decisão do processo administrativo.

(C) foi corretamente absolvido o servidor na esfera administrativa, em face da decisão penal que negou a existência do fato.

(D) a absolvição do servidor no processo administrativo não poderia ter sido automática, pois uma conduta que não configura ilícito penal ainda assim pode configurar ilícito administrativo.

(E) está errada a instauração simultânea dos dois processos, pois deveria ter sido instaurado apenas um, perante a autoridade judicial, competente para apreciar as duas ordens de ilícitos.

44. (Analista Judiciário – Execução de Mandados – TRT 21ª Região/2003) - A vacância do cargo público poderá acontecer

(A) sob a forma de exoneração, a exemplo do desligamento do servidor da Administração com caráter punitivo.

(B) com ou sem extinção do vínculo, a exemplo da aposentadoria e da readaptação, respectivamente.

(C) como espécie de demissão, que consiste no desligamento do servidor da Administração, sem caráter punitivo.

(D) com a posse em outro cargo, não acumulável, caracterizando a transferência como forma de provimento.

(E) também na qualidade de reversão, reintegração ou recondução do servidor em outro cargo.

45. (Analista Judiciário – Execução de Mandados – TRT 21ª Região/2003) - "Y", servidor público do Tribunal Regional do Trabalho foi designado para substituir "Z", que está regularmente afastado de sua função de dirigente de unidade. Nesse caso, "Y"

(A) assume isolada ou cumulativamente, com ou sem prejuízo do cargo que ocupa, o exercício do cargo de "Z", e com a remuneração acrescida de vinte por cento.

(B) não poderá assumir o exercício do cargo de "Z", porque essa unidade administrativa está organizada em nível de assessoria.

(C) deve assumir isoladamente, com prejuízo do cargo que ocupa, o exercício do cargo de "Z", devendo optar pela remuneração de um deles.

(D) assumirá automática e cumulativamente, sem prejuízo do cargo que ocupa, o exercício do cargo de "Z", devendo optar pela remuneração de um deles.

(E) pode assumir o exercício isolado do cargo de "Z", porque a unidade está organizada em nível de assessoria, mas sua remuneração original não pode ser alterada.

46. (Analista Judiciário – Execução de Mandados – TRT 21ª Região/2003) - O servidor público que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus à passagens e

(A) indenização de serviço extraordinário.

(B) ajuda de custo.

(C) diárias.

(D) indenização especial.

(E) gratificação de moradia judicial.

47. (Analista Judiciário – Execução de Mandados – TRT 24ª Região/2003) - Quando o servidor público passa a ocupar cargo ou emprego público de maior grau de responsabilidade e maior complexidade de atribuição, diz-se que ele

(A) recebeu uma promoção, que é uma forma derivada de provimento.

(B) sofreu transposição ex officio, que é uma forma derivada de provimento.

(C) passou por investidura inicial, uma vez que a dificuldade de exercício do novo cargo é originária.

(D) foi beneficiado com o aproveitamento, que lhe reconhece capacidade superior à posição anteriormente ocupada.

(E) mereceu readaptação à sua real capacidade pessoal, um dos modos legais de provimento.

48. (Analista Judiciário – Execução de Mandados – TRT 24ª Região/2003) - Os irmãos Theodomiro e Theobaldo foram aprovados em concurso e foram nomeados para certo cargo público. Ambos tomaram posse, mas Theodomiro não entrou em exercício no prazo de lei. Já Theobaldo entrou em exercício, mas, decorrido o necessário prazo, não satisfaz as condições do estágio probatório. Como não mais trabalham em cargo público, conclui-se que

(A) Theobaldo foi demitido e Theodomiro foi exonerado a pedido, visto que se presume a desistência voluntária do decurso do prazo para entrar em exercício.

(B) ambos foram demitidos após o devido processo legal que a Administração lhes moveu.

(C) Theobaldo foi demitido após o devido processo legal e Theodomiro foi exonerado de ofício.

(D) Theodomiro foi demitido após o devido processo legal e Theobaldo foi exonerado de ofício.

(E) ambos foram exonerados de ofício pela Administração.

49. (Analista Judiciário – Execução de Mandados – TRT 24ª Região/2003) - Um conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor. Trata-se

(A) do provimento.

(B) da estabilidade.

(C) do cargo público.

(D) da investidura.

(E) do exercício.

50. (Analista Judiciário – Execução de Mandados – TRT 24ª Região/2003) - Theodósio, servidor público, foi convidado a cursar pós-graduação no exterior. Foi-lhe deferido o requerimento de afastamento para realizar esse estudo. Nesse caso,

(A) os vencimentos serão suspensos, visto que o afastamento é concedido para tratar de interesse particular.

(B) uma futura ausência do país só será possível se decorrido um ano de seu retorno.

(C) jamais lhe será concedida exoneração antes de decorrido, após o retorno, período igual ao do afastamento.

(D) essa ausência terá prazo de até três anos, permitida uma prorrogação, por igual período.

(E) o prazo máximo de ausência não excederá a quatro anos.

04/08/03 - 11:49

51. (Analista Judiciário – Execução de Mandados – TRT 24ª Região/2003) - Em se tratando do direito de petição, o direito de requerer, quanto ao ato de cassação de aposentadoria, prescreve em

(A) 5 anos.

(B) 4 anos.

(C) 3 anos.

(D) 2 anos.

(E) 1 ano.

52. (Analista Judiciário – Execução de Mandados – TRT 5ª Região/2003) - A Lei n.º 8.112/90 prevê a incidência de seu regime jurídico para, entre outros,

- (A) servidor público que venha a ingressar em cargo efetivo em fundação pública de um Estado.
- (B) servidor público que venha a ingressar em cargo efetivo na Administração Direta do Distrito Federal.
- (C) empregado público que venha a ingressar em emprego na Administração Direta da União.
- (D) empregado público que venha a ingressar em emprego em sociedade de economia mista federal.
- (E) servidor público que venha a ingressar em cargo em comissão em autarquia federal.

53. (Analista Judiciário – Execução de Mandados – TRT 5ª Região/2003) - Um servidor ocupante de cargo em comissão, sem prejuízo das atribuições desse cargo,

- (A) poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, acumulando a remuneração de ambos.
- (B) poderá ser nomeado para ter exercício, interina-mente, em outro cargo de confiança, optando pela remuneração de um deles.
- (C) poderá ser nomeado para ter exercício, permanen-temente, em outro cargo de confiança, acumulando a remuneração de ambos.
- (D) poderá ser nomeado para ter exercício, permanen-temente, em outro cargo de confiança, percebendo, como remuneração, a média da remuneração dos cargos acumulados.
- (E) não poderá ser nomeado para ter exercício, de modo interino ou permanente, em outro cargo de confiança.

54. (Analista Judiciário – Execução de Mandados – TRT 5ª Região/2003) - Considere que um servidor público, que tenha sido demitido, consiga anular judicialmente sua demissão. Considere ainda que o cargo anteriormente ocupado por esse servidor tenha sido transformado. Nessa situação, o servidor

- (A) poderá retornar ao serviço público, por meio do instituto da recondução, sendo reinvestido no cargo anteriormente ocupado, anulando-se, consequen-temente, a transformação do cargo.
- (B) poderá retornar ao serviço público, por meio do instituto da recondução, sendo reinvestido no cargo decorrente da transformação do anteriormente ocupado.
- (C) poderá retornar ao serviço público, por meio do instituto da reversão, sendo reinvestido no cargo anteriormente ocupado, anulando-se, consequen-temente, a transformação do cargo.
- (D) poderá retornar ao serviço público, por meio do instituto da reintegração, sendo reinvestido no cargo decorrente da transformação do anteriormente ocupado.
- (E) não poderá retornar ao serviço público, salvo por novo concurso, devendo a situação resolver-se em indenização.

55. (Analista Judiciário – Execução de Mandados – TRT 5ª Região/2003) - A hipótese de a Administração proceder, de ofício, à exoneração de servidor público ocupante de cargo efetivo

- (A) ocorre, por exemplo, quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido.
- (B) ocorre, por exemplo, como consequência da prática de infração de natureza grave pelo servidor, mesmo já gozando de estabilidade.
- (C) não está acolhida pela Lei, havendo apenas a previsão da exoneração a pedido do servidor.
- (D) ocorre, por exemplo, quando, tendo sido nomeado, o servidor não tomar posse no prazo estabelecido.
- (E) ocorre, por exemplo, quando, tendo sido aprovado em concurso público, o servidor não for nomeado no prazo estabelecido.

56. (Analista Judiciário – Execução de Mandados – TRT 5ª Região/2003) - Um servidor, ao longo de um ano, contou 10 meses e 15 dias de exercício. Sabendo-se que a remuneração a que tal servidor faz jus no mês de dezembro desse ano é R\$ 1 200,00, tal servidor terá direito, nesse ano, a uma gratificação natalina no valor de

- (A) R\$ 1 600,00.
- (B) R\$ 1 000,00.
- (C) R\$ 1 100,00.
- (D) R\$ 1 200,00.
- (E) R\$ 400,00.

57. (Analista Judiciário – Execução de Mandados – TRT 5ª Região/2003) - Determinado servidor público pediu e obteve licença para atividade política. Tal licença foi deferida, sem remune-ração, durante o período que mediava entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a justiça eleitoral. A partir do registro da candidatura, até o 10 o dia seguinte ao da eleição, a licença foi deferida, com os vencimentos do cargo efetivo assegurados pelo período de 3 meses. Nessa situação, o deferimento da licença foi

- (A) ilegal por ser a atividade política incompatível com a ocupação de cargo público.
- (B) legal.
- (C) ilegal quanto à ausência de remuneração até a véspera do registro da candidatura.
- (D) ilegal quanto ao prazo de duração a partir do registro da candidatura.
- (E) ilegal quanto ao caráter remunerado a partir do registro da candidatura.

58. (Analista Judiciário – Execução de Mandados – TRT 5ª Região/2003) - Determinado servidor praticou um ato passível de configurar, ao mesmo tempo, ilícito penal e administrativo, tendo sido instaurados processos distintos nesses dois âmbitos. O processo penal encerrou-se primeiro, absol-vendo- se o servidor por não corresponder o ato em questão a nenhum tipo penal. Nessa situação, o servidor

- (A) poderá ser condenado no processo administrativo.
- (B) deverá ser igualmente absolvido no processo administrativo, pois a sanção administrativa é acessória à sanção penal.
- (C) deverá ser igualmente absolvido no processo administrativo, pois o processo penal é prejudicial em relação ao processo administrativo.
- (D) deverá ser igualmente absolvido no processo administrativo, pois a absolvição penal acarreta a absolvição no processo administrativo.
- (E) deverá ser igualmente absolvido no processo administrativo, pois não pode sofrer dois processos em relação ao mesmo ato.

59. (Analista Judiciário – Área Judiciária – TRE Acre/2003) - A aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos é conditio sine qua non para investidura em qualquer

- (A) cargo público.

- (B) função pública.
- (C) emprego público.
- (D) emprego público ou função pública.
- (E) cargo ou função pública.

13/10/03 - 14:29

60. (Analista Judiciário – Área Judiciária – TRE BA/2003) - O servidor público praticou, no exercício de função, fato do qual pode ocorrer sua responsabilização civil, penal e administrativa. O processo criminal encerrou-se com sentença de absolvição que negou a autoria. Nesse caso,

- (A) a autoria pode vir a ser provada no processo administrativo e no processo civil.
- (B) a responsabilidade administrativa do servidor fica afastada.
- (C) a responsabilização administrativa é independente da penal e, portanto, a sentença não tem nenhum reflexo na esfera administrativa.
- (D) o processo administrativo prossegue normalmente porque só a negativa de existência do fato em sentença penal impede o prosseguimento.
- (E) o processo administrativo prossegue normalmente porque só a negativa de autoria do fato em sentença civil impede o prosseguimento.

61. (Analista Judiciário – Área Judiciária – TRT 21ª Região/2003) - "Y", servidor público do Tribunal Regional do Trabalho foi designado para substituir "Z", que está regularmente afastado de sua função de dirigente de unidade.

Nesse caso, "Y"

- (A) assume isolada ou cumulativamente, com ou sem prejuízo do cargo que ocupa, o exercício do cargo de "Z", e com a remuneração acrescida de vinte por cento.
- (B) não poderá assumir o exercício do cargo de "Z", porque essa unidade administrativa está organizada em nível de assessoria.
- (C) deve assumir isoladamente, com prejuízo do cargo que ocupa, o exercício do cargo de "Z", devendo optar pela remuneração de um deles.
- (D) assumirá automática e cumulativamente, sem prejuí-zo do cargo que ocupa, o exercício do cargo de "Z", devendo optar pela remuneração de um deles.
- (E) pode assumir o exercício isolado do cargo de "Z", porque a unidade está organizada em nível de as-ssessoria, mas sua remuneração original não pode ser alterada.

62. (Analista Judiciário – Área Judiciária – TRT 21ª Região/2003) - O servidor público que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus à passagens e

- (A) indenização de serviço extraordinário.
- (B) ajuda de custo.
- (C) diárias.
- (D) indenização especial.
- (E) gratificação de moradia.

63. (Analista Judiciário – Área Judiciária – TRT 24ª Região/2003) - Quando o servidor público passa a ocupar cargo ou emprego público de maior grau de responsabilidade e maior complexidade de atribuição, diz-se que ele

- (A) recebeu uma promoção, que é uma forma derivada de provimento.
- (B) sofreu transposição ex officio, que é uma forma derivada de provimento.
- (C) passou por investidura inicial, uma vez que a dificuldade de exercício do novo cargo é originária.
- (D) foi beneficiado com o aproveitamento, que lhe reco-nhece capacidade superior à posição anteriormente ocupada.
- (E) mereceu readaptação à sua real capacidade pessoal, um dos modos legais de provimento.

64. (Analista Judiciário – Área Judiciária – TRT 24ª Região/2003) - O servidor público Theobaldo morreu, sendo certo que estava investido em cargo de direção. Sabendo-se que o regimento interno não dispõe a respeito, ele será substituído pelo servidor

- (A) mais idoso da repartição onde trabalhava, conforme preceitua a jurisprudência majoritária.
- (B) mais antigo do órgão ou entidade, por expressa previsão legal.
- (C) previamente designado pelo dirigente máximo do órgão ou entidade.
- (D) que vier a ser designado, escolhido sempre entre os três mais antigos do órgão ou entidade.
- (E) que vier a ser nomeado obrigatoriamente dentre os três mais idosos.

65. (Analista Judiciário – Área Judiciária – TRT 24ª Região/2003) - Em se tratando de responsabilidade, diz-se que as sanções civis, penais e administrativas podem cumular-se, sendo independentes entre si. Todavia, a responsabili-dade administrativa do servidor será afastada no caso de

- (A) decisão civil que reconheça a falta de provas da autoria.
- (B) decisão criminal que reconheça a falta de provas da autoria.
- (C) sentença civil que reconheça a inexistência de prova da culpa do servidor.
- (D) absolvição criminal que negue a autoria.
- (E) sentença civil ou criminal que reconheça, indevida-mente ou não, a prescrição

66. (Analista Judiciário – Área Judiciária – TRT 24ª Região/2003) - Em se tratando do direito de petição, o direito de requerer, quanto ao ato de cassação de aposentadoria, prescreve em

- (A) 5 anos.
- (B) 4 anos.
- (C) 3 anos.
- (D) 2 anos.
- (E) 1 ano.

67. (Analista Judiciário – Área Judiciária – TRE Ceará/2002) - No regime da Lei n o 8.112/90, a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa,

- (A) é possível e se chama reversão.
- (B) é possível e se chama reintegração.

(C) não é possível, pois tal invalidação depende de decisão judicial.
(D) não é possível, pois tal reinvestidura depende de novo concurso público.
(E) não é possível, devendo a reinvestidura se dar em outro cargo que estiver vago.

68. (Analista Judiciário – Área Judiciária –TRE Ceará/2002) - Conforme regra da Lei n o 8.112/90, o servidor em débito com o erário, que for exonerado, terá o prazo de 60 dias para quitar o débito. A não quitação do débito nesse prazo implicará
(A) anulação da exoneração.
(B) revogação da exoneração.
(C) inscrição do débito em dívida ativa.
(D) penhora administrativa de bens do servidor.
(E) abertura de processo administrativo disciplinar contra o servidor, visando à conversão da exoneração em demissão.

69. (Analista Judiciário – Área Judiciária –TRE Ceará/2002) - Considere o seguinte caso prático:
“Numa situação de urgência, a União, por decreto do Presidente da República, cria 30 novos cargos públicos. Para o preenchimento desses cargos, é aberto concurso público de títulos, cujo edital prevê prazo de validade de dois anos, sem possibilidade de prorrogação.”
Nesse caso, está
(A) incorreto o prazo de validade do concurso.
(B) correta a previsão de não prorrogação do prazo de validade.
(C) correta a forma de criação dos cargos em situação de urgência.
(D) correto o critério de julgamento do concurso.
(E) incorreta a realização do concurso em lugar de procedimento licitatório.

70. (Analista Judiciário – Área Judiciária –TRE Ceará/2002) - Nos termos da Lei n o 8.112/90, a posse de um servidor público federal ocorrerá no prazo de 30 dias contados da publicação do ato de provimento. Caso a posse não ocorra nesse prazo, a consequência prevista é
(A) tornar-se sem efeito o ato de provimento.
(B) anular-se a classificação do servidor no respectivo concurso.
(C) a demissão do servidor.
(D) a exoneração do servidor.
(E) a disponibilidade do servidor.

71. (Analista Judiciário –Área Judiciária – TRF 5ª Região/2003) - A Um servidor público federal, que exerça remuneradamente cargo público de médico junto à Administração Direta, acumulando, de modo também remunerado, um cargo público de professor junto a uma autarquia federal,
(A) não pode acumular, remuneradamente, mais nenhum cargo ou emprego público, em nenhuma das esferas da Federação.
(B) pode ainda, remuneradamente, acumular um cargo público de médico ou de professor na esfera federal.
(C) pode ainda, remuneradamente, acumular um cargo público de médico ou de professor, desde que na esfera estadual ou na municipal.
(D) pode ainda, remuneradamente, acumular um emprego público de médico ou de professor em qualquer das esferas da federação.
(E) pode ainda, remuneradamente, acumular um emprego público de médico ou de professor, desde que na esfera estadual ou na municipal.

72. Um servidor público federal comete um ato que supostamente configura, ao mesmo tempo, ilícito penal e administrativo. São instaurados processos distintos para apurar as duas ordens de responsabilidade, mas o processo penal encerra-se primeiro, com a absolvição do servidor pela negativa da existência do fato. Assim sendo, o servidor foi automaticamente absolvido na esfera administrativa. Na situação acima,
(A) está errada a instauração simultânea dos dois processos, pois isso caracteriza o chamado bis in idem.
(B) está correta a instauração simultânea dos dois processos, todavia, o processo penal deveria ter restado sobrestado até a decisão do processo administrativo.
(C) foi corretamente absolvido o servidor na esfera administrativa, em face da decisão penal que negou a existência do fato.
(D) a absolvição do servidor no processo administrativo não poderia ter sido automática, pois uma conduta que não configura ilícito penal ainda assim pode configurar ilícito administrativo.
(E) está errada a instauração simultânea dos dois processos, pois deveria ter sido instaurado apenas um, perante a autoridade judicial, competente para apreciar as duas ordens de ilícitos.

73. (Analista Judiciário – Área Judiciária – TRT 19ª Região/2003) - João ocupa, em caráter efetivo, um cargo de carreira. João tomou posse nesse cargo em 27 de dezembro de 1997 e entrou em exercício em 2 de janeiro de 1998. Em 3 de março de 2002, é publicado um ato de promoção de João. Nessa situação, o tempo de exercício de João
(A) não é interrompido ou suspenso com a promoção, sendo contado, no novo posicionamento na carreira, a partir de 3 de março de 2002.
(B) é considerado interrompido em 3 de março de 2002.
(C) é considerado suspenso em 3 de março de 2002.
(D) não é interrompido ou suspenso com a promoção, sendo contado, no novo posicionamento na carreira, a partir de 27 de dezembro de 1997.
(E) não é interrompido ou suspenso com a promoção, sendo contado, no novo posicionamento na carreira, a partir de 2 de janeiro de 1998.

74. (Analista Judiciário – Área Judiciária – TRT 19ª Região/2003) - NÃO constitui causa de vacância do cargo público, nos termos de rol fixado na Lei, a
(A) demissão.
(B) promoção.
(C) nomeação.
(D) readaptação.
(E) exoneração.

75. (Analista Judiciário – Área Judiciária – TRT 19ª Região/2003) - Pedro e José, servidores, fizeram deslocamentos para fora da sede. O deslocamento de Pedro ocorreu entre Municípios distantes e decorreu de exigência permanente de seu cargo. O deslocamento de José ocorreu entre Municípios limítrofes, dentro de uma mesma região metropolitana, com pernoite fora da sede. Ambos usaram meio de locomoção da Administração. Nesse caso,
(A) ambos não têm direito a nenhuma das espécies de indenização fixadas na Lei.
(B) ambos têm direito a diárias.
(C) ambos têm direito a indenização de transporte.
(D) Pedro tem direito a indenização de transporte e José tem direito a diária.
(E) Pedro não tem direito a nenhuma das espécies de indenização fixadas na Lei e José tem direito a diária.

27/12/02 - 13:59

76. (Analista Judiciário – Área Judiciária – TRT 19ª Região/2003) - Um servidor, ocupante de cargo efetivo, no segundo ano do estágio probatório, pede e tem deferida licença para tratar de interesses particulares, por até 3 anos, sem remuneração. O deferimento dessa licença está errado, pois
(A) não há previsão dessa licença na Lei.
(B) o servidor é ocupante de cargo efetivo.
(C) o servidor está em estágio probatório.
(D) o prazo máximo dessa licença é de 2 anos.
(E) essa licença é remunerada.

77. (Analista Judiciário – Área Judiciária – TRT 19ª Região/2003) - NÃO é considerado como de efetivo exercício o afastamento em virtude de
(A) licença por motivo de doença em pessoa da família.
(B) férias.
(C) participação em júri.
(D) doença profissional.
(E) serviço em organismo internacional de que o Brasil participe.

78. (Analista Judiciário – Área Judiciária – TRT 19ª Região/2003) - Em matéria de responsabilidade civil do servidor público, a obrigação de reparar o dano
(A) se estende aos sucessores, integralmente, tendo o servidor agido com culpa ou com dolo.
(B) não se estende aos sucessores.
(C) se estende aos sucessores, integralmente, apenas se o servidor tiver agido com dolo.
(D) se estende aos sucessores, até o limite do valor da herança, tendo o servidor agido com culpa ou com dolo.
(E) se estende aos sucessores, até o limite do valor da herança, apenas se o servidor tiver agido com dolo.

79. (Analista Judiciário – Área Judiciária – TRT 19ª Região/2003) - São penalidades administrativas aplicáveis aos servidores públicos, dentre outras,
(A) exoneração e multa.
(B) multa e cassação de aposentadoria.
(C) suspensão e prisão.
(D) exoneração e suspensão.
(E) prisão e cassação de aposentadoria.

80. (Analista Judiciário – Área Judiciária –TRT 20ª Região/2002) - É elemento compatível com o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, traçado pela Lei nº 8.112/90,
(A) a prestação de serviços gratuitos, desde que prevista em lei.
(B) a criação de cargos públicos por ato administrativo.
(C) o pagamento dos vencimentos decorrentes de cargo público com verbas da iniciativa privada.
(D) a criação de cargos públicos sem denominação própria.
(E) a impossibilidade de provimento em comissão em se tratando de cargos públicos.

81. (Analista Judiciário – Área Judiciária –TRT 20ª Região/2002) - A Lei nº 8.112/90 oferece um rol de atos dos quais decorre a vacância do cargo público. É estranha a esse rol a
(A) exoneração.
(B) reintegração.
(C) readaptação.
(D) promoção.
(E) aposentadoria.

82. (Analista Judiciário – Área Judiciária –TRT 20ª Região/2002) - A vantagem paga ao servidor público federal, destinada a compensar suas despesas de instalação quando, no inte-resse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, chama-se
(A) diária.
(B) indenização de transporte.
(C) ajuda de custo.
(D) adicional pela prestação de serviço extraordinário.
(E) adicional de atividades penosas.

83. (Analista Judiciário – Área Judiciária –TRF 4ª Região/2001) - É sempre vedado ao servidor público, entre outros casos,
(A) recusar fé a documentos públicos.
(B) cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa.
(C) cometer a pessoa estranha à repartição o desem-penho de suas atribuições funcionais.
(D) atuar como procurador junto às repartições públicas.
(E) opor resistência ao andamento de documento ou processo.

84. (Analista Judiciário – Área Judiciária –TRF 4ª Região/2001) - No caso em que houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão

- (A) deverá ser convertida em repreensão por escrito, sem prejuízo de permanecer no serviço.
(B) poderá ser convertida em advertência por escrito, devendo o servidor continuar no exercício de suas funções.
(C) poderá ser convertida em multa, na base de 20% ao dia da remuneração bruta, devendo o servidor continuar no exercício de suas atribuições.
(D) poderá ser convertida em multa, na base de 50% por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer no serviço.
(E) deverá ser convertida em multa, na base de 30% ao dia de vencimento, ficando o servidor desobrigado de permanecer no serviço.

85. (Analista Judiciário – Área Judiciária – TRF 4ª Região/2001) - Aos juizes é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de

- (A) caráter político-partidário.
(B) caráter técnico.
(C) médico.
(D) magistério.
(E) caráter científico.

86. (Analista Judiciário – Área Judiciária – TRF 1ª Região/2001) - Em relação à vacância do cargo público, é INCORRETO afirmar que

- (A) a exoneração do cargo em comissão poderá dar-se também a pedido do próprio servidor.
(B) a demissão do servidor também ocorrerá quando não satisfeitas as condições do estágio probatório.
(C) esta poderá decorrer também dos institutos da promoção ou readaptação.
(D) a exoneração do cargo efetivo pode decorrer de pedido do servidor ou de ofício.
(E) esta poderá decorrer também da posse em outro cargo inacumulável.

87. (Analista Judiciário – Área Judiciária – TRF 1ª Região/2001) - Dentre outras proibições impostas ao servidor público, observa-se que também não poderá

- (A) recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.
(B) manter sob sua chefia imediata, em cargo efetivo, parente até o terceiro grau.
(C) recusar fé a documento público ou particular.
(D) retirar, em nenhuma hipótese, qualquer documento ou objeto da repartição.
(E) ausentar-se do serviço durante o expediente, em nenhum caso.

88. (Analista Judiciário – Área Judiciária – TRF 1ª Região/2001) - É certo que, de uma sindicância, dentre outras situações, pode decorrer, de imediato,

- (A) o seu arquivamento, desde que o fato narrado não configure ilícito penal.
(B) a aplicação da pena de suspensão, por qualquer período de tempo, ao servidor.
(C) a prisão temporária do servidor pelo período de até dez dias.
(D) a instauração de um processo administrativo disciplinar contra o servidor.
(E) o afastamento preventivo do servidor, com prejuízo de sua remuneração.

89. (Analista Judiciário – Área Judiciária – TRE PI/2002) - É peculiaridade da concessão de licença para tratar de assuntos particulares, dentre outras,

- (A) que no primeiro ano do benefício o servidor tenha direito à metade de sua remuneração.
(B) que o servidor esteja no exercício do cargo efetivo ou em comissão por no mínimo 5 (cinco) anos.
(C) ser obrigatória para o servidor, se ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento.
(D) ser atribuída ao servidor, pelo prazo de até 4 (quatro) anos, vedado qualquer período de prorrogação.
(E) que o servidor seja ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório.

90. (Analista Judiciário – Área Judiciária – TRE PI/2002) - No que se refere às férias do servidor público, observa-se que

- (A) podem ser interrompidas por motivo de serviço eleitoral.
(B) podem ser acumuladas até o máximo de três períodos.
(C) é permitido levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.
(D) não haverá necessidade de carência para o primeiro período aquisitivo.
(E) não podem ser gozadas em parcelas por ser medida de higiene.

91. (Técnico Judiciário – Área administrativa TRE Acre/2003) - Tendo em vista as disposições que regem a Administração Pública, considere:

I . É vedada a vinculação ou equiparação de quais-quer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

II . Os acréscimos pecuniários percebidos pelos servidores públicos serão computados para fim de concessão de acréscimos ulteriores.

III . É vedada a acumulação remunerada de um cargo de professor com outro técnico, mesmo havendo compatibilidade de horários.

IV . A proibição de acumular estende-se também às funções e abrange as fundações.

Diante disso, APENAS são corretas

- (A) II e III
(B) I e IV
(C) I , II e III
(D) I , II e IV
(E) I , III e IV

92. (Técnico Judiciário – Área administrativa TRE Acre/2003) - O sistema constitucional brasileiro, assegura aos servidores ocupantes de cargo público, dentre outras garantias,

- (A) o reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho junto à Justiça do Trabalho.
(B) a proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre profissionais respectivos.
(C) a proibição de diferença de salário, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo ou idade.

(D) a proteção em face da automação, após o exercício efetivo de dois anos ininterruptos.

(E) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de 15 (quinze) dias.

93. (Técnico Judiciário – Área administrativa TRE Acre/2003) - A investidura em cargo público está sujeita a alguns requisitos básicos, valendo destacar que

- (A) não há exigência de nacionalidade, originária ou derivada, para se ocupar qualquer cargo público.
(B) somente brasileiros natos podem ser contratados por instituições de pesquisa científica federal.
(C) todos os cargos das instituições de pesquisa tecnológica devem ser ocupados por brasileiros, natos ou naturalizados.
(D) os cargos, empregos e funções públicas da esfera federal de governo devem ser ocupados somente por brasileiros.
(E) uma universidade federal pode prover seus cargos, segundo normas específicas, com professores estrangeiros.

94. (Técnico Judiciário – Área administrativa TRE Acre/2003) - O servidor público foi demitido, mas está em débito com o erário. Nesse caso, ele

- (A) sofrerá apenas a inclusão de seu nome no CADIN – Cadastro dos Devedores Inadimplentes.
(B) terá o prazo de sessenta dias para quitar o débito e, não o fazendo, o fato implicará sua inscrição em dívida ativa.
(C) se sujeitará a ter seu débito imediatamente inscrito em dívida ativa.
(D) sofrerá, em trinta dias, o ajuizamento de uma ação de cobrança, valendo a certidão do débito como título executivo.
(E) só poderá ser cobrado pela via ordinária, com ampla liberdade de provas e de defesa.

95. (Técnico Judiciário – Área administrativa TRE Acre/2003) - Por ter presenciado o fato, um servidor público tomou conhecimento de abuso de poder praticado por um colega de trabalho. Nesse caso,

- (A) o dever de representar só ocorre se mais dois servidores também foram testemunhas presenciais do fato.
(B) não se configura o dever de representar, que tem outro objetivo, mas o servidor está obrigado a depor, se for chamado.
(C) é seu dever representar e a representação será apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada.
(D) ao servidor é facultado representar e a apreciação será por qualquer autoridade superior àquela contra a qual é formulada.
(E) a interpretação do fato e a representação contra o abuso de poder são assuntos da esfera íntima do próprio servidor.

10/10/03 - 16:40

96. (Técnico Judiciário – Área administrativa TRE Acre/2003) - A servidora pública Têmis praticou, dolosamente, ato do qual resultou prejuízo ao erário e, portanto, tem obrigação de reparar o dano. Todavia, ontem ela morreu. Essa obrigação de reparar o dano

- (A) classifica-se como funcional e não se estende aos sucessores da servidora, que só se obrigam ao pagamento se quiserem.
(B) extingue-se com a morte da servidora, visto que, com o fim da personalidade civil, extinguem-se os seus direitos e obrigações.
(C) estende-se aos sucessores da servidora e contra eles será executada, até o pagamento integral do débito.
(D) considera-se personalíssima, não podendo passar da pessoa do responsável, ficando o débito, portanto, exaurido.
(E) estende-se aos sucessores da servidora e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

97. (Técnico Judiciário – Área administrativa TRE Acre/2003) - Um servidor acumulava lícitamente dois cargos públicos efetivos e foi nomeado para cargo de provimento em comissão. Nesse caso, ressalvando-se existência de exceção, a regra é que ele

- (A) deva ficar afastado dos cargos efetivos que acumulava.
(B) acumule o cargo em comissão com apenas um dos cargos efetivos, à escolha da Administração.
(C) não possa aceitar a nomeação, visto que já acumula dois cargos públicos.
(D) próprio decida, solitariamente, se quer se afastar de um ou dos dois cargos efetivos.
(E) delibere de qual dos cargos efetivos abre mão, sendo, então, dele exonerado.

98. (Técnico Judiciário – Área administrativa TRE Acre/2003) - A autoridade teve ciência de irregularidade no serviço público e promoveu a sua apuração mediante sindicância. Dessa sindicância resultou provado o fato ilícito praticado por servidor, o que dá ensejo à imposição da penalidade de destituição de cargo em comissão. Nesse caso,

- (A) a autoridade que presidiu a sindicância deve representar à autoridade superior para que esta imponha a pena indicada.
(B) a destituição do cargo em comissão será imposta desde logo pela autoridade que presidiu a apuração.
(C) o procedimento é nulo porque nenhuma apuração de irregularidade no serviço público pode ser feita mediante sindicância.
(D) será obrigatória a instauração de processo administrativo disciplinar para apuração do fato e imposição da pena.
(E) o servidor sindicado deve ser exonerado em razão da verdade sabida porque o cargo é de livre provimento e nomeação.

99. (Técnico Judiciário – Área Administrativa - TRE BA/2003) - Em relação aos servidores públicos civis:

I . Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, podem exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se der a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

II . Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria a conta do regime de previdência de caráter contributivo.

III . É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de previdência de caráter contributivo, ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde.

Está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I e II .
(B) II e III .
(C) I .
(D) II .
(E) III .

100. (Técnico Judiciário – Área Administrativa - TRE BA/2003) - Para retomar o efetivo desempenho das atribuições do cargo, o servidor que deva ter exercício em outro município, em razão de ter sido requisitado, terá prazo de

- (A) 10 dias, no mínimo, e 30 dias, no máximo.
(B) 15 dias, em qualquer hipótese.

- (C) 20 dias, no mínimo, e 40 dias, no máximo.
(D) 30 dias, se no mesmo Estado, e 60 dias, se em Estado diverso.
(E) 30 dias, em qualquer hipótese.

101. (Técnico Judiciário – Área Administrativa - TRE BA/2003) - Ao servidor em estágio probatório é vedada a licença
(A) para o serviço militar.
(B) por motivo de doença em pessoa da família.
(C) para desempenho de mandato classista.
(D) por motivo de afastamento do cônjuge ou compa-nheiro.
(E) para atividade política.

102. (Técnico Judiciário – Área Administrativa - TRE BA/2003) - José, servidor público federal, ausentou-se por um dia do serviço para doação de sangue, depois por 8 dias conse-cutivos em razão de seu casamento e finalmente por mais 8 dias consecutivos em razão da morte de um irmão.
Assim sendo,
(A) nenhuma das ausências será considerada como de efetivo exercício.
(B) apenas a ausência em razão do casamento será considerada como de efetivo exercício.
(C) apenas a ausência para doação de sangue será considerada de efetivo exercício.
(D) apenas a ausência em razão da morte do irmão será considerada como de efetivo exercício.
(E) todas essas ausências serão consideradas como de efetivo exercício.

103. (Técnico Judiciário – Área Administrativa - TRE BA/2003) - Ao servidor é proibido praticar usura, sob qualquer de suas formas. Essa transgressão é punida com
(A) advertência.
(B) demissão.
(C) censura por escrito.
(D) suspensão de até 15 dias.
(E) suspensão de até 30 dias.

104. Instaurado o processo administrativo disciplinar, o servidor
(A) fica suspenso automaticamente pelo prazo de 30 dias, prorrogável por igual prazo.
(B) não pode ser afastado do cargo, devendo permane-cer em exercício em funções internas, conforme dispuser seu chefe imediato.
(C) fica suspenso automaticamente pelo prazo de 60 dias, prorrogável por mais 30 dias.
(D) pode ser afastado do exercício, por até 30 dias, improrrogáveis.
(E) pode ser afastado do exercício, por até 60 dias, sendo o afastamento prorrogável por igual prazo.

105. (Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRT 24º Região/2003) - NÃO é mais considerada forma de provimento de cargo público:
(A) ascensão.
(B) reversão.
(C) reintegração.
(D) aproveitamento.
(E) recondução.

106. (Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRT 24º Região/2003) - Um dos modos de ocorrer a vacância é a
(A) demissão, que se dará de ofício ou a pedido do próprio servidor.
(B) transferência do servidor para outro cargo.
(C) exoneração de cargo em comissão a pedido do próprio servidor.
(D) ascensão a cargo de classe superior na carreira.
(E) aposentadoria, exceto quando compulsoriamente concedida.

107. (Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRT 24º Região/2003) - Quanto ao vencimento e à remuneração do servidor público, é INCORRETO afirmar que
(A) vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.
(B) remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
(C) o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível.
(D) nenhum servidor receberá, a título de vencimento, importância inferior ao salário mínimo.
(E) a menor remuneração atribuída aos cargos de carreira não será inferior a 1/30 (um trinta avos) do chamado teto de remuneração.

108. (Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRT 24º Região/2003) - Quanto às férias do servidor público, é correto afirmar que
(A) o servidor fará jus a trinta dias anuais, dos quais deverão ser descontadas as faltas ao serviço.
(B) as férias poderão ser parceladas em até três etapas, desde que assim requeridas pelo servidor, e de interesse da administração pública.
(C) o pagamento da remuneração das férias será efetuado até cinco dias antes do início do respectivo período.
(D) serão exigidos, para o primeiro período, doze meses de exercício, salvo fundamentado interesse da admi-nistração pública em concedê-las antecipadamente.
(E) as férias poderão ser acumuladas até dois períodos, salvo necessidade pública premente que determine o acúmulo de um terceiro.

109. (Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRT 24º Região/2003) - O pedido de reconsideração insere-se no direito constitucional de petição e, no seu uso, o servidor público
(A) pode requerer reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a decisão.
(B) tem a faculdade de pedir reconsideração de decisão proferida, podendo renová-la, seja para a mesma autoridade, seja para a superior.

- (C) não tem prazo para formular o pedido de reconsi-deração, mas a autoridade competente deve despachar em dez e decidir em trinta dias.
(D) deve saber que o provimento do pedido de reconsideração gera efeitos a partir da data da decisão.
(E) deve saber que a interposição do pedido nunca interrompe a prescrição.

Instruções: Para responder às questões de números 110 e 111 considere a chave abaixo.
(A) Se apenas as alternativas I e II estiverem cor-retas.
(B) Se apenas as alternativas I e III estiverem cor-retas.
(C) Se apenas as alternativas II e III estiverem cor-retas.
(D) Se apenas as alternativas II e IV estiverem cor-retas.
(E) Se apenas as alternativas III e IV estiverem cor-retas.

110. (Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRT 24º Região/2003) - São deveres do servidor público:
I. Atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas.
II. Representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.
III. Cumprir, sem exceção, as ordens superiores.
IV. Zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público.

111. (Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRT 24º Região/2003) - São práticas proibidas ao servidor público:
I. Recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.
II. Retirar, em nenhuma hipótese, documento ou objeto da repartição.
III. Aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical.
IV. Jamais cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa.

112. (Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRT 24º Região/2003) - É INCORRETO afirmar que a proibição de acumulação remunerada de cargos públicos estende-se a
(A) cargos e empregos em autarquias, fundações públi-cas, empresas públicas e sociedades de economia mista dos Municípios.
(B) cargos, empregos e funções em autarquias, empre-sas públicas e sociedades de economia mista da União.
(C) empregos e funções em fundações públicas, empre-sas públicas e sociedades de economia mista dos Estados.
(D) empregos e funções em empresas públicas e sociedades de economia mista dos Territórios.
(E) cargos, empregos e funções em autarquias e fundações públicas, mas não abrange as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

113. (Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRT 24º Região/2003) - Quanto à responsabilidade do servidor público, é certo que a
(A) civil, a penal, e a administrativa, são independentes entre si e, portanto, não se cumulam.
(B) penal não abrange os ilícitos leves, como as contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.
(C) civil, a penal, e a administrativa, são interdepen-dentes, em razão da qualidade do agente.
(D) civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.
(E) administrativa resulta de ação praticada no desem-penho do cargo ou função, mas não de omissão.

114. (Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRT 24º Região/2003) - A ação disciplinar contra o servidor público para apurar infração punível com advertência prescreve em
(A) 2 anos.
(B) 1 ano.
(C) 180 dias.
(D) 90 dias.
(E) 30 dias.

115. (Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRE CE/2002) - Considere que João, com 69 anos de idade e 35 anos de contribuição à previdência, pede sua aposentadoria voluntariamente. Passado um ano e meio, João tem conhecimento de que o cargo que ocupava ainda está vago e pretende voltar à atividade. Aplicando-se as regras da Lei n o 8.112/90, a pretensão de João
(A) é possível mediante reversão da aposentadoria.
(B) é possível mediante readaptação.
(C) é possível mediante reintegração.
(D) é possível mediante recondução.
(E) não é possível.

116. (Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRE CE/2002) - Considere a seguinte afirmação:
“O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 horas de um dia e 6 horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 50%, computando-se cada hora como 52 minutos e 30 segundos.”
Nos termos da Lei n o 8.112/90, essa afirmação está
(A) incorreta quanto ao início do período sujeito ao adicional noturno.
(B) correta quanto ao término do período sujeito ao adicional noturno.
(C) correta quanto ao percentual de acréscimo relativo ao adicional noturno.
(D) correta quanto ao cômputo das horas em período sujeito ao adicional noturno.
(E) incorreta ao estabelecer que o servidor público federal tenha direito ao adicional noturno.

117. (Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRE CE/2002) - O servidor público civil tem assegurado constitucionalmente o direito
(A) de livre manifestação, mas não o direito à livre associação sindical nem o direito de greve.
(B) à livre associação sindical, mas não o direito de greve.
(C) à livre associação sindical e o direito de greve, este desde que autorizado previamente pelo Poder Judiciário.
(D) à livre associação sindical e o direito de greve, este nos termos e nos limites definidos em lei específica.

(E) de greve, nos termos e nos limites definidos em lei específica, mas não o direito à livre associação sindical.

118. (Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRT 5ª Região/2003) - João e Antônio, após regular aprovação em concurso para preenchimento de cargos públicos efetivos, são nomeados. Todavia, João não comparece para tomar posse no prazo legal. Antônio, por sua vez, toma posse, porém não entra em exercício no prazo legal. Nessa situação,
(A) ambos devem ser exonerados.
(B) ambos devem ter sua nomeação tornada sem efeito.
(C) João deve ter sua nomeação tornada sem efeito e Antônio deve ser exonerado.
(D) Antônio deve ter sua nomeação tornada sem efeito e João deve ser exonerado.
(E) João deve ser exonerado, mas Antônio poderá entrar em exercício a qualquer tempo, sem sofrer sanção pela inobservância do prazo, apenas não computando tempo de serviço para nenhum efeito.

119. (Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRT 5ª Região/2003) - O retorno à atividade do servidor aposentado por invalidez, quando junta médica declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria,
(A) é possível e chama-se readaptação.
(B) é possível e chama-se reversão.
(C) é possível e chama-se reintegração.
(D) é possível e chama-se recondução.
(E) não é possível, devendo a situação resolver-se em indenização.

120. (Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRT 5ª Região/2003) - Após 9 meses e 15 dias de ter entrado em exercício em cargo público, um servidor é exonerado. Nessa situação, em relação à indenização relativa ao período de férias, o servidor
(A) terá direito a percebê-la na proporção de 3/12.
(B) terá direito a percebê-la na proporção de 4/12.
(C) terá direito a percebê-la na proporção de 9/12.
(D) terá direito a percebê-la na proporção de 10/12.
(E) não terá direito a percebê-la.

121. (Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRT 5ª Região/2003) - É penalidade administrativa disciplinar aplicável aos servidores públicos:
(A) prisão administrativa.
(B) perdimento de bens.
(C) confisco de bens.
(D) exoneração.
(E) multa.

122. (Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRT 19ª Região/2003) - NÃO é forma de provimento do cargo público
(A) a recondução.
(B) a exoneração.
(C) a promoção.
(D) a nomeação.
(E) o aproveitamento.

123. (Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRT 19ª Região/2003) - Sabe-se que vencimento é a remuneração pecuniária pelo exercício de cargo público; e que remuneração é o vencimento acrescido das vantagens pecuniárias permanentes. A Lei assegura que nenhum servidor receberá importância inferior ao salário mínimo a título de
(A) vantagens pecuniárias não permanentes.
(B) vantagens pecuniárias permanentes, consideradas individualmente.
(C) vencimento.
(D) remuneração, independentemente do valor do vencimento.
(E) vantagens pecuniárias permanentes, consideradas em sua soma.

124. (Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRT 19ª Região/2003) - O retorno à atividade de um servidor aposentado, que ocupava cargo efetivo,
(A) é possível sem novo concurso, em hipóteses previstas na Lei, e se chama reversão.
(B) é possível sem novo concurso, em hipóteses previstas na Lei, e se chama readaptação.
(C) não é legalmente possível.
(D) somente pode ocorrer por meio de novo concurso público.
(E) é possível sem novo concurso, em hipóteses previstas na Lei, e se chama reintegração.
27/12/02 - 10:37

125. (Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRT 19ª Região/2003) - Um servidor que já seja médico de um hospital público estadual e professor de uma escola pública municipal, sendo remunerado por ambos os cargos,
(A) poderá ainda, se houver compatibilidade de horários, ocupar um cargo remunerado de médico em hospital municipal.
(B) não poderá ocupar remuneradamente mais nenhum cargo público, seja federal, estadual ou municipal, mesmo que haja compatibilidade de horários.
(C) poderá ainda, se houver compatibilidade de horários, ocupar um cargo remunerado de professor em universidade federal.
(D) poderá ainda, se houver compatibilidade de horários, ocupar um cargo remunerado de médico em hospital federal.
(E) poderá ainda, se houver compatibilidade de horários, ocupar um cargo remunerado de professor em escola estadual.

126. (Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRT 19ª Região/2003) - Um servidor público foi submetido a um processo administrativo disciplinar e recebeu a pena de advertência. Passados dois anos, o servidor pediu a revisão do processo, alegando fatos novos. O processo foi revisto e a penalidade modificada para suspensão. A situação assim descrita está
(A) em desacordo com a Lei porque não é possível que se aleguem fatos novos no pedido de revisão.
(B) em desacordo com a Lei porque não existe a possibilidade de pedido administrativo de revisão do processo.
(C) de acordo com a Lei.
(D) em desacordo com a Lei porque a penalidade foi modificada de advertência para suspensão.

(E) em desacordo com a Lei no que diz respeito ao prazo do pedido de revisão.

127. (Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRT 19ª Região/2003) - A Para que o servidor público, que tenha ingressado em cargo efetivo, adquira direito a férias, deve observar um período de 12 meses
(A) de exercício.
(B) a contar do término do estágio probatório.
(C) que se inicia com a aprovação no concurso público.
(D) contado da nomeação.
(E) cujo termo inicial é a posse.

128. (Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRF/2001) - Em matéria de cargo público observa-se que
(A) a readaptação é forma de provimento e vacância de cargo público.
(B) a investidura no cargo ocorre somente após o exercício pelo servidor.
(C) a posse é o efetivo desempenho das atribuições do cargo ou função.
(D) a nomeação é destinada exclusivamente aos cargos em comissão.
(E) este é criado obrigatoriamente por decreto do Chefe do Executivo.

129. (Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRF/2001) - No que se refere à vacância de cargo público, é certo que
(A) esta não decorrerá da posse em outro cargo inacumulável.
(B) a demissão de cargo em comissão é obrigatória quatro anos após o provimento.
(C) a exoneração do cargo efetivo poderá dar-se de ofício.
(D) a exoneração do cargo em comissão só é possível a pedido, e a demissão a juízo da autoridade.
(E) esta só pode decorrer de aposentadoria, falecimento e demissão.

130. (Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRF/2001) - Constituem indenizações que podem ser pagas ao servidor:
(A) auxílios natalidade, óbito e reclusão.
(B) adicionais noturno, por tempo de serviço e de férias.
(C) gratificações natalina, de local e da natureza do trabalho.
(D) retribuições pelo exercício de função, de chefia e assessoramento.
(E) ajuda-de-custo, diárias e transporte.

131. (Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRF/2001) - A inassiduidade habitual do servidor público sujeita-o à aplicação da pena de
(A) disponibilidade.
(B) demissão.
(C) advertência por escrito.
(D) suspensão de até trinta dias.
(E) multa de cinquenta por cento dos vencimentos.

132. (Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRF/2001) - O prazo para o julgamento da revisão do processo disciplinar será, de regra, de
(A) dez dias.
(B) quinze dias.
(C) vinte dias.
(D) vinte e cinco dias.
(E) trinta dias.

133. (Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRT 20ª Região/2002) - Caso um indivíduo, que tenha sido nomeado para cargo de provimento efetivo, sujeito à Lei nº 8.112/90, não tome posse no prazo legalmente fixado,
(A) o ato de provimento deverá ser tornado sem efeito.
(B) esse indivíduo deverá ser suspenso.
(C) esse indivíduo deverá ser exonerado.
(D) esse indivíduo deverá ser demitido.
(E) o cargo deverá ser extinto.
03/07/02 - 16:49

134. (Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRT 20ª Região/2002) - O retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado, em decorrência de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo, nos termos da Lei nº 8.112/90, diz-se
(A) recondução.
(B) reintegração.
(C) aproveitamento.
(D) reversão.
(E) readaptação.

135. (Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRT 20ª Região/2002) - Nos termos da Lei nº 8.112/90, para que o servidor ingressante faça jus a férias terá de observar, como primeiro período aquisitivo,
(A) 14 meses de exercício.
(B) 12 meses de exercício.
(C) 12 meses a contar da posse.
(D) 14 meses a contar da nomeação.
(E) 12 meses a contar da posse ou 14 meses a contar da nomeação, o que ocorrer primeiro.

136. (Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRT 20ª Região/2002) - NÃO configura penalidade disciplinar aplicável ao servidor, no regime da Lei nº 8.112/90, a
(A) suspensão.
(B) demissão.
(C) exoneração.

- (D) advertência.
(E) cassação de aposentadoria.

137. (Técnico Judiciário – Área Administrativa - TRE Piauí/2002) - No que se refere aos direitos,
(A) o vencimento do cargo efetivo do servidor, excluído das vantagens, poderá ser reduzido nos casos previstos em lei.
(B) o vencimento do servidor pode, em qualquer caso, ser objeto de arresto, sequestro ou penhora.
(C) o servidor perderá a remuneração do dia que faltar ao serviço, mesmo com motivo justificado.
(D) o servidor, em casos excepcionais, poderá receber a título de vencimento importância inferior ao salário-mínimo.
(E) a remuneração do servidor é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas.

138. (Técnico Judiciário – Área Administrativa - TRE Piauí/2002) - A investidura em cargo público ocorrerá com
(A) o ato de nomeação.
(B) o exercício.
(C) a posse.
(D) a aprovação no concurso público.
(E) a criação do cargo público.

02/05/02 - 15:46

139. (Técnico Judiciário – Área Administrativa - TRE Piauí/2002) - Se o servidor público, tendo tomado posse, não entrar em exercício no prazo estabelecido, será
(A) removido para outro órgão.
(B) demitido a bem do serviço público.
(C) readaptado para outra função.
(D) exonerado de ofício.
(E) posto em disponibilidade.

140. (Técnico Judiciário – Área Administrativa - TRE Piauí/2002) - É INCORRETO afirmar que o servidor em estágio probatório
(A) terá direito, dentre outros, às licenças por motivo de afastamento do companheiro e para atividade política.
(B) não poderá exercer qualquer função de direção, chefia ou assessoramento no órgão de lotação.
(C) será exonerado se não satisfizer as condições exigíveis para o referido estágio.
(D) será exonerado, ou se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, caso não seja aprovado no referido estágio.
(E) poderá exercer qualquer cargo de provimento em comissão na entidade de lotação.

141. (Técnico Judiciário – Área Administrativa - TRE Piauí/2002) - Ao servidor que se afastar da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior; e para a compensação de despesas de instalação do servidor que, no interesse do serviço, passa a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, correspondem, respectivamente,
(A) as diárias e a indenização de transporte.
(B) a ajuda-de-custo e as diárias.
(C) a indenização de transporte e as diárias.
(D) a indenização de transporte e a ajuda-de-custo.
(E) as diárias e a ajuda-de-custo.

142. (Técnico Judiciário – Área Administrativa - TRE Piauí/2002) - Dentre outros, é dever do servidor público
(A) atender com presteza às requisições para a defesa da Fazenda Pública.
(B) guardar sigilo sobre qualquer assunto.
(C) representar em relação à legalidade ou exercício regular da função.
(D) cumprir todas as ordens superiores.
(E) exercer, a seu critério, as atribuições do cargo.

143. (Técnico Judiciário – Área Judiciária e Administrativa – TRF 4ª Região/2001) - É forma de provimento de cargos públicos, dentre outras,
(A) a disponibilidade.
(B) a readmissão.
(C) o acesso.
(D) o aproveitamento.
(E) a interinidade.

144. (Técnico Judiciário – Área Judiciária e Administrativa – TRF 4ª Região/2001) - A acumulação remunerada de cargos públicos, ainda que lícita, fica condicionada à
(A) autorização das chefias imediatas.
(B) comprovação da compatibilidade de horários.
(C) prévia aprovação dos respectivos órgãos de pessoal.
(D) redução das correspondentes jornadas de trabalho.
(E) redução dos vencimentos, proporcionalmente às jornadas de trabalho.

145. (Técnico Judiciário – Área Judiciária e Administrativa – TRF 4ª Região/2001) - Preenchidos outros requisitos, os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros natos
(A) enquanto que os naturalizados e os estrangeiros estão impedidos de ocupá-los.
(B) ou naturalizados, estando os estrangeiros impedidos de ocupá-los.
(C) mas, em certas circunstâncias e em igualdade, tanto os naturalizados como os estrangeiros podem ocupá-los.
(D) ou naturalizados e aos estrangeiros, visto que não se pode fazer nenhuma restrição quanto à nacionalidade.
(E) ou naturalizados e aos estrangeiros, na forma da lei.

146. (Defensor Público – Maranhão/2003) - Determinado servidor público, ao ser empossado em cargo de provimento efetivo de médico na Secretaria Estadual de Saúde do Maranhão, dolosamente omite a informação de que já é titular de dois cargos

de médico em duas autarquias municipais distintas, em cidades do interior. Posteriormente, passado o estágio probatório, descobre-se a acumulação de cargos e instaura-se processo administrativo, no âmbito da administração estadual, para a apuração de responsabilidade. Este processo poderá resultar na
(A) demissão do servidor dos cargos de que é titular nas autarquias municipais.
(B) determinação de que o servidor opte por dois dos três cargos.
(C) absolvição do servidor, em razão de a Constituição Federal permitir a acumulação de cargos de médico.
(D) absolvição do servidor, em razão de a proibição de acumulação de cargos não se estender a pessoas políticas diferentes.
(E) demissão do servidor do cargo de que é titular na administração estadual.

147. (Defensor Público – Maranhão/2003) - A responsabilidade civil dos servidores públicos, por atos praticados no exercício de suas funções,
(A) independe de culpa, por expressa determinação constitucional.
(B) configura-se apenas nos atos tipificados igualmente como infração penal.
(C) depende da prévia condenação do servidor em processo administrativo disciplinar.
(D) pode ser apurada judicialmente por via regressiva, por iniciativa da pessoa pública a que forem vinculados.
(E) deve ser apurada judicialmente em conjunto com a eventual responsabilidade da pessoa pública a que forem vinculados.

148. (Gestor do MARE/1999) - Nos termos em que atualmente a Constituição disciplina a matéria, a estabilidade no serviço público
(A) gera para o servidor estável o direito a permanecer em disponibilidade, com remuneração integral, no caso de extinção do seu cargo, até seu aproveitamento em outro.
(B) é adquirida após 3 anos de efetivo exercício, pelos servidores concursados nomeados para cargos de provimento efetivo ou em comissão.
(C) não poderá ser adquirida pelos estrangeiros que, na forma da lei, possam ter acesso aos cargos públicos.
(D) somente poderá ser adquirida pelos integrantes das carreiras consideradas essenciais à administração da Justiça.
(E) não impede a perda do cargo do servidor estável, na hipótese de verificar-se excesso de despesa com pessoal ativo em relação aos limites estabelecidos em lei complementar.

149. (Juiz do Trabalho – TRT 14ª Região/2003) - As assertivas abaixo tratam da situação do servidor público da administração direta autárquica e fundacional:
I) o servidor ficará afastado do cargo, emprego ou função no caso de exercer mandato eletivo federal, estadual ou distrital;
II) durante o afastamento o tempo de serviço será contado para todos os efeitos, inclusive para a promoção por merecimento;
III) o exercente de mandato de prefeito será afastado, podendo optar pela remuneração do cargo, emprego ou função;
IV) também o vereador será necessariamente afastado, optando, ou não, pela remuneração do cargo, emprego ou função;

- a) I e III são verdadeiras;
b) I, II e III são verdadeiras;
c) II e IV são verdadeiras;
d) todas são verdadeiras;
e) nenhuma é verdadeira.

150. (Juiz do trabalho – 14ª Região/2003) - Quanto à remuneração do servidor público, assinale a alternativa falsa:
a) poderá haver a percepção simultânea de proventos de aposentadoria e vencimentos de cargo comissionado;
b) não será admitida a percepção simultânea de proventos de aposentadoria e remuneração, mesmo em relação aos cargos acumuláveis, na atividade;
c) a remuneração dos servidores públicos somente pode ser fixada por lei específica;
d) assegura-se a revisão geral anual da remuneração, sem distinção de índices entre as diversas carreiras;
e) a lei poderá estabelecer relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos.

151. (Juiz de Direito Substituto – TJ RN/2002) - Um servidor público estadual que exerça remuneradamente cargo público de professor e já acumule, remuneradamente, outro cargo público estadual, de caráter científico, havendo compatibilidade de horários,
a) não poderá acumular remuneradamente mais nenhum cargo ou emprego, em nenhum nível da federação, seja na Administração direta ou indireta.
b) poderá, ainda, acumular remuneradamente um emprego de médico em uma autarquia municipal.
c) poderá, ainda, acumular remuneradamente um cargo de professor na Administração direta federal.
d) poderá, ainda, acumular remuneradamente um emprego de médico em uma fundação pública do mesmo Estado.
e) poderá, ainda, acumular remuneradamente um cargo de professor na Administração direta do mesmo Estado.

152. (Juiz Substituto – TJ RN/1999) - É direito constitucionalmente assegurado aos servidores públicos civis a
(A) acumulação de aposentadorias, no regime de previdência de caráter contributivo, decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição.
(B) percepção de proventos integrais na hipótese de aposentadoria compulsória aos 70 anos de idade.
(C) estabilidade após 3 anos contados de sua posse em cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
(D) percepção de subsídio, acrescido de eventuais abonos e gratificações previstos em lei.
(E) disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, na hipótese de perda do cargo em decorrência de processo de avaliação de desempenho.

153. (Juiz Substituto – TJ RN/1999) - É consequência necessária da aprovação em concurso público para ingresso no serviço pública em cargo de provimento efetivo
(A) a nomeação do aprovado para o cargo em questão.
(B) a aquisição de estabilidade pelo aprovado no prazo constitucionalmente previsto.
(C) a não preterição do aprovado, segundo a ordem de classificação, no momento da nomeação.
(D) a indenização do aprovado caso sua nomeação não ocorra no prazo constitucionalmente previsto.
(E) o direito à futura aposentadoria segundo as regras constitucionais vigentes na época da aprovação.

154. (Juiz Substituto – TRF 5ª Região/2001) - Um servidor público já ocupa, remuneradamente, um cargo público de professor em universidade federal constituída sob forma de autarquia e outro cargo público de médico junto à Administração direta de um Estado. Considerando que haja compatibilidade de horários, esse servidor

(A) poderá ainda ocupar remuneradamente um emprego público qualquer em uma sociedade de economia mista municipal.

(B) poderá ainda ocupar remuneradamente um cargo público de médico junto à Administração direta de um Município.

(C) poderá ainda ocupar remuneradamente um emprego público qualquer em uma empresa subsidiária de uma empresa pública federal.

(D) poderá ainda ocupar remuneradamente um cargo público de professor junto à Administração direta de um Município.

(E) não poderá ocupar remuneradamente nenhum outro cargo ou emprego público, seja junto à Administração direta, seja junto às entidades da administração indireta, suas subsidiárias ou sociedades controladas pelo Poder Público, de qualquer nível da Federação.

155. (Juiz Substituto – TJ PI/2001) - Quanto ao regime jurídico do servidor público civil, é correto afirmar que

a) a investidura em cargo público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo, na forma que for estabelecida pela Administração Pública.

b) a lei reservará os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

c) a Administração Pública, nos termos da Constituição Federal, reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência, definindo ela própria os critérios de sua admissão.

d) havendo compatibilidade de horários, é permitida a cumulação remunerada de cargos públicos.

e) a remuneração do servidor público será revista a qualquer tempo, sempre a critério da Administração Pública.

156. (Procurador Judicial do Município de Recife/2003) - De acordo com a Lei nº 8.112/90, é considerado servidor público

(A) o titular de cargo público de provimento efetivo, em órgão da Administração Direta, investido com observância dos requisitos legais.

(B) o empregado de pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços públicos.

(C) o estagiário que exerce funções, em caráter voluntário e informal, em órgão público.

(D) o particular convocado pelo Tribunal Regional Elei-toral para o exercício de funções auxiliares em eleições.

(E) o empregado de empresa terceirizada, contratada por órgão da Administração Direta para execução de serviços não compreendidos em sua atividade-fim.

157. (Promotor de Justiça Substituto – MP PE/2002) - A disponibilidade do servidor público

(A) dar-se-á somente quando o cargo for extinto ou declarada a sua desnecessidade, caso em que receberá a remuneração integral.

(B) ocorre nos casos em que for extinto o cargo, declarada sua desnecessidade, ou for invalidada por sentença judicial a demissão de servidor estável, mas tendo direito a remuneração proporcional.

(C) acarreta seu desligamento definitivo do cargo, vedado seu reaproveitamento, devendo receber a mesma remuneração percebida na atividade.

(D) é considerada uma forma inespecífica de aposentadoria, e em certos casos, um gênero de penalidade, mas sempre com remuneração integral.

(E) dar-se-á somente quando for invalidada por sentença judicial a demissão de servidor estável, mas com remuneração proporcional.

158. (Técnico Judiciário – Área Administrativa - TRE BA/2003) - A Administração Pública deve observar certos princípios constitucionais, dentre eles, o de que

(A) a proibição de acumular vencimentos aplica-se tão-somente à Administração direta e às suas autarquias.

(B) o servidor público pode integrar qualquer associa-ção, mas não pode assumir a direção das associa-ções sindicais.

(C) a contratação de pessoal por tempo determinado pode ser feita em qualquer situação, sob critério e responsabilidade do Administrador contratante.

(D) será permitida a vinculação dos vencimentos para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

(E) a participação de uma empresa pública em empresa privada depende de autorização legislativa.

159. (Defensor Público – 1ª Classe – Maranhão Set/2003) - Determinado servidor público, ao ser empossado em cargo de provimento efetivo de médico na Secretaria Estadual de Saúde do Maranhão, dolosamente omite a informação de que já é titular de dois cargos de médico em duas autarquias municipais distintas, em cidades do interior. Posteriormente, passado o estágio probatório, descobre-se a acumulação de cargos e instaura-se processo administrativo, no âmbito da administração estadual, para a apuração de responsabilidade. Este processo poderá resultar na

(A) demissão do servidor dos cargos de que é titular nas autarquias municipais.

(B) determinação de que o servidor opte por dois dos três cargos.

(C) absolvição do servidor, em razão de a Constituição Federal permitir a acumulação de cargos de médico.

(D) absolvição do servidor, em razão de a proibição de acumulação de cargos não se estender a pessoas políticas diferentes.

(E) demissão do servidor do cargo de que é titular na administração estadual.

160. NÃO se inscreve dentre os modos de vacância do cargo público:

(A) relotação.

(B) demissão.

(C) aposentadoria.

(D) exoneração ex officio.

(E) promoção.

161. (Procurador do Estado – 3ª Classe – PGE Bahia – Novembro/2002) - O servidor público estável

(A) terá direito a reintegrar-se no mesmo cargo, quando invalidada por sentença judicial a demissão, salvo se ocupado, hipótese em que será aproveitado em outro cargo de igual hierarquia.

(B) poderá ser exonerado por iniciativa da Administração, motivada por insuficiência de desempenho ou para observância do limite constitucional para despesas com pessoal.

(C) só perderá o cargo em razão de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo disciplinar em que lhe seja assegurada ampla defesa.

(D) não poderá acumular um cargo público de médico com um de professor. (E) ficará em disponibilidade remunerada, com remuneração integral, se extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade.

162. (Procurador do Estado – 3ª Classe – PGE Bahia – Novembro/2002) - Assinale a alternativa correta dentre as alinhadas a seguir:

(A) O servidor não poderá, em qualquer caso, acumular proventos.

(B) Os Estados poderão, mediante lei ordinária, estabelecer aposentadoria especial para os servidores que exerçam atividade prejudicial à saúde.

(C) O tempo de serviço em atividade privada não é computável para fins de obtenção de aposentadoria no serviço público.

(D) Na aposentadoria por invalidez permanente, os proventos serão sempre proporcionais ao tempo de serviço.

(E) A lei não poderá estabelecer forma de contagem de tempo de contribuição ficto, para efeito de aposentadoria.

163. (Subprocurador – Tribunal de Contas do Estado de Sergipe – Janeiro/2002) - É característica do regime estabelecido pela Constituição Federal para a remuneração por subsídio

(A) sua não sujeição ao teto remuneratório que tem por parâmetro o subsídio mensal em espécie dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

(B) ser a forma remuneratória própria dos ocupantes de cargos de provimento em comissão.

(C) ser este fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

(D) sua adoção ser optativa por parte do agente público.

(E) ser este fixado ou alterado por decreto.

26/12/01 -

164. (Subprocurador – Tribunal de Contas do Estado de Sergipe – Janeiro/2002) - A vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público

(A) é vedada constitucionalmente.

(B) só é cabível entre funções iguais ou assemelhadas de Poderes diversos.

(C) só é cabível entre cargos de provimento efetivo, independentemente do Poder a que pertencam.

(D) só é cabível entre funções de confiança, independentemente do Poder a que pertencam.

(E) só é cabível dentro da estrutura de um mesmo Poder.

165. (Procurador do Estado do Rio Grande do Norte/2001) - Em matéria de estabilidade do servidor público é correto afirmar:

a) Uma das alterações introduzidas pela Emenda Constitucional n. 19/98 diz respeito à "flexibilização" da estabilidade do servidor público vitalício, que passou a ser demissível mediante processo administrativo.

b) Restou fortalecida pela EC n. 19/98.

c) Foi relativizada pela EC n. 19/98. O servidor público passou a ser demissível também mediante procedimento administrativo de avaliação de desempenho e se não for cumprido o limite de gastos com pessoal estabelecido em lei complementar.

d) Passou a ser adquirida após três anos de efetivo exercício. As hipóteses em que o servidor efetivo poderá perder o cargo foram ampliadas no texto constitucional, admitindo-se, sem qualquer formalidade, a demissão ad nutum do servidor público sempre que o limite de gastos com pessoal superar os limites fixados em lei complementar.

e) A estabilidade beneficia os servidores ocupantes de cargos e empregos públicos, cumprido o estágio probatório de três anos, desde que submetidos a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

166. (Advogado – DESENBAHIA/2002) - Uma emenda constitucional ampliou os casos de permissão de acumulação remunerada de cargos públicos, passando também a abranger dois empregos privativos de

(A) profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

(B) quaisquer carreiras definidas em lei como técnicas.

(C) profissionais da segurança pública, desde que haja compatibilidade de horários.

(D) carreira dedicada ao atendimento de necessidades sociais.

(E) quaisquer carreiras definidas em lei como científicas.

167. (Advogado – DESENBAHIA/2002) - O processo administrativo disciplinar

(A) terá sempre por objeto e finalidade uma sanção e uma pena disciplinar a ser imposta ao acusado.

(B) é facultativo quando for o caso de infrações de menor potencial danoso.

(C) tem como fundamento exclusivo as constituições em todos os níveis de governo.

(D) é obrigatório sempre que se tiver um servidor acusado de infração.

(E) está sujeito à revisão que deverá ser requerida, de regra, no prazo de dois anos, sob pena de decadência.

168. (Analista Judiciário – Adm - TRE-PE/2004) - A posse do servidor público

(A) é personalíssima, e, portanto, vedada qualquer procuração.

(B) depende também de declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

(C) independerá de previa inspeção médica, cuja realização é feita antes do seu exercício.

(D) haverá a quaisquer hipóteses de provimento de cargos.

(E) ocorrerá no prazo de (30) trinta dias, contados da homologação do concurso.

169. (Analista Judiciário – Adm - TRE-PE/2004) - Considere as vantagens que seguem:

I. A concedida ao servidor que realizar despesa com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força de atribuições próprias do cargo, conforme se dispuser em regulamento.

II. A que corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus ao mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano, denominada 13o salário.

III. As concedidas aos servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida.

São denominadas respectivamente de

- (A) ajuda-de-custo, adicional e indenização.
(B) gratificação, indenização e adicional.
(C) adicional, gratificação e indenização.
(D) indenização, gratificação e adicional.
(E) ajuda-de-custo, indenização e adicional.

170. (Analista Judiciário – Jud - TRE-PE/2004) - Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicação do servidor público. Posteriormente, será citado para apresentar defesa escrita, no prazo de (A) 30 (trinta) dias, improrrogáveis, ainda que dependa de alguma diligência, uma vez que pode ser cumpri- da oportunamente.
(B) 5 (cinco) dias, admitida a prorrogação por mais 10 (dez) dias, no caso de comprovada necessidade.
(C) 10 (dez) dias, podendo ser prorrogado pelo dobro, para diligências reputadas indispensáveis.
(D) 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogado pelo dobro, a critério do Presidente da Comissão Processante.
(E) 20 (vinte) dias, admitida a prorrogação por mais 10 (dias) , por exclusivo interesse público.

171. (Analista Judiciário – Jud - TRE-PE/2004) - Considere:

I.Servidores públicos estatutários são os que se vinculam à Administração Pública direta e indireta mediante um liame de natureza contratual.

II.Agentes de colaboração são pessoas físicas que prestam serviços à Administração Pública por vontade própria, por requisição ou com sua concordância, exercendo, portanto, função pública.

III.Servidores governamentais são as pessoas que, sob um regime de dependência, ligam-se estatutariamente às sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações, perante uma relação de trabalho de natureza eventual ou temporária.

IV.Agentes temporários são agentes públicos que se ligam à Administração Pública, por tempo deter- minado, para o atendimento de necessidades de excepcional interesse público, consoante definida em lei; podendo existir na Administração Pública direta ou na indireta, desempenhando função. Está correto APENAS o que se afirma em

- (A) II, III e IV.
(B) I, II e III.
(C) I, III e IV.
(D) I e III.
(E) II e IV.

172. (Técnico Judiciário – Adm - TRE-PE/2004) - Ressalvados os casos previstos em lei específica, se o servidor empossado em cargo público não entrar em exercício no prazo de quinze dias, contados da data da posse, será (A) revogado o ato de sua nomeação ou tornada insubsistente a designação para função de confiança.
(B) demitido da função de confiança ou tornado sem efeito o ato de sua nomeação.
(C) demitido a bem do serviço público, e impedido de prestar novo concurso público e de ser designado para função de confiança.
(D) anulado o ato de sua nomeação ou tornada sem efeito a designação para função de confiança.
(E) exonerado do cargo ou será tornado sem efeito o ato de sua designação para função de confiança.

173. (Técnico Judiciário – Adm - TRE-PE/2004) - A não apresentação da declaração de bens com a indicação da fonte de renda,

I.na data da posse em cargo público, implicará a não realização daquele ato, ou sua anulação, se celebrado sem esse requisito essencial.

II.na data da entrada em exercício, implicará a não realização daquele ato, ou sua revogação, se celebrado sem esse requisito essencial.

III.dentro de 24 horas anteriores à posse, implicará a não realização daquele ato, ou sua revogação, se celebrado sem esse requisito essencial.

IV.no momento da entrada em exercício de função, implicará a não realização daquele ato, ou sua anulação, se celebrado sem esse requisito essencial.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
(B) II e IV.
(C) II e III.
(D) I e IV.
(E) I e III.

174. (Analista Judiciário – Jud – TRT 2ª R/2004) - Cláudio, sendo servidor público ocupante de cargo de natureza especial, foi nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança. Nesse caso, deverá ser

(A) com prejuízo das atribuições do cargo que está ocupando, devendo optar pela remuneração de um deles, que será acrescida de vinte e cinco por cento, durante o período de exercício interino.

(B) com prejuízo das atribuições do cargo que está ocupando, sendo que, na hipótese, deverá manter a remuneração do cargo originário enquanto estiver no período de exercício interino.

(C) sem prejuízo das atribuições do cargo que atualmente vem ocupando, sendo que, na hipótese, deverá receber a remuneração do cargo em confiança somente durante os seis primeiros meses de interinidade.

(D) sem prejuízo das atribuições do cargo que atualmente ocupa, sendo que o servidor deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.

(E) com as mesmas atribuições do cargo atual, cabendo à Administração escolher a remuneração do cargo de origem ou do novo cargo, em qualquer hipótese, acrescido de dez por cento enquanto durar a interinidade.

175. (Analista Judiciário – Jud – TRT 2ª R/2004) - No que diz respeito aos direitos do servidor público federal, é certo que

(A) a reposição ou indenização ao erário será feita em até três parcelas, quando constatado pagamento indevido no mês anterior ao processamento da folha.

(B) o servidor em débito com o erário e que for demitido, exonerado, ou que tiver sua aposentadoria cassada, terá o prazo de sessenta dias para quitar o débito.

(C) nenhum desconto, ainda que por ato normativo ou mandado judicial, poderá incidir sobre a remuneração ou provento, salvo se o servidor autorizar, por escrito ou verbalmente.

(D) a não-quitação do débito do servidor no prazo previsto não implica sua inscrição na dívida ativa, mas resulta em responsabilidade administrativa com pena de suspensão.

(E) os valores recebidos pelo servidor, em razão de decisão liminar, posteriormente cassada, deverão ser repostos no prazo de noventa dias, contados de data da referida cassação.

176. (Analista Judiciário – Jud – TRT 2ª R/2004) - É correto afirmar que a responsabilidade penal do servidor público

(A) abrange os crimes e as contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.

(B) e a civil resultam sempre de ato comissivo praticado dentro ou fora do exercício do cargo ou função.

(C) decorre de crimes, mas a administrativa não fica afastada, mesmo no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato.

(D) e a civil só decorrem de ato omissivo ou comissivo dolosos, mas que resultem prejuízos ao erário.

(E) atinge os crimes contra a Administração Pública imputados ao servidor em exercício, mas não as contravenções.

177. (Técnico Judiciário - Adm – TRT 2ª R/2004) - Rodrigo, técnico judiciário da área administrativa do Tribunal Regional do Trabalho, sentindo-se ameaçado em seus direitos de servidor público, no local onde exerce suas atribuições, ingressou com um requerimento, dirigido à autoridade competente, através dos meios legais. Nesse caso, o aludido requerimento deverá ser despachado e decidi- do, por quem de direito, respectivamente, nos prazos de

- (A) 2 e 8 dias.
(B) 3 e 10 dias.
(C) 5 e 30 dias.
(D) 8 e 15 dias.
(E) 10 e 25 dias.

178. (Técnico Judiciário - Adm – TRT 2ª R/2004) - Wanessa, aprovada em concurso público, para o cargo de técnico judiciário, tomou posse no Tribunal Regional do Trabalho em dezembro de 2002. Entrou em exercício no mesmo dia. O início de seu gozo de 30 (trinta) dias de férias ocorreu em 05/01/04. Nesse caso, é INCORRETO afirmar que as férias poderão ser interrompidas, entre outras hipóteses, por motivo de

- (A) convocação para júri.
(B) calamidade pública.
(C) comoção interna.
(D) solicitação relevante da servidora.
(E) serviço eleitoral.

179. (Técnico Judiciário - Adm – TRT 2ª R/2004) - Considere os fatos que seguem:

I.Júlia, analista judiciária, foi advertida por escrito por ter se ausentado do serviço, durante o expediente, sem a prévia autorização de Raul, seu chefe imediato. Apesar da advertência, reiterou seu procedimento.

II.Renato, técnico judiciário, por sua vez, envolveu-se em caso de incontinência pública nas dependências do Tribunal. Nessas hipóteses, os servidores Júlia e Renato, estarão sujeitos, respectivamente, às penas disciplinares de

- (A) multa estatutária e exoneração.
(B) demissão e multa estatutária.
(C) exoneração e repreensão.
(D) suspensão por 30 (trinta) dias e demissão.
(E) repreensão e suspensão por 60 (sessenta) dias.

180. (Técnico Judiciário - Jud – TRT 3ª R/2004) - O servidor público da administração direta estadual, titular de cargo de provimento efetivo, mediante concurso público, tem direito à

(A) vitaliciedade, após dez anos de efetivo exercício, e poderá perder o cargo em virtude de processo administrativo ou de procedimento de avaliação periódica, na forma de lei complementar, assegurada sempre ampla defesa.

(B) estabilidade, após dois anos de efetivo exercício, e só poderá perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

(C) estabilidade, após cinco anos de efetivo exercício, e poderá perder o cargo em virtude de procedimento de avaliação periódica, na forma de lei complementar estadual, assegurada ampla defesa.

(D) vitaliciedade, após três anos de efetivo exercício, e poderá perder o cargo em virtude de sentença judicial e processo administrativo, assegurada ampla defesa.

(E) estabilidade, após três anos de efetivo exercício, e poderá perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, processo administrativo ou procedimento de avaliação periódica, na forma de lei complementar, assegurada sempre ampla defesa.

181. (Analista Judiciário - Adm – TRT 23ª R/2004) - A investidura do servidor público estável em decorrência:

I do retorno à atividade do servidor aposentado por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria;

II de limitação sofrida em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica;

III do retorno ao cargo anterior por inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo; corresponde, respectivamente, a

- (A) readmissão, aproveitamento e transposição.
(B) readaptação, reversão e recondução.
(C) reversão, readaptação e recondução.
(D) aproveitamento, readaptação e redistribuição.
(E) recondução, reversão e readmissão.

182. (Analista Judiciário - Adm – TRT 23ª R/2004) - É vedado o retorno ao serviço público federal do servidor demitido ou destituído do cargo em comissão, em decorrência de

(A) crime contra a administração pública e ofensa física, em serviço, a particular, exceto em legítima defesa própria.

(B) revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo e insubordinação grave em serviço.

- (C) corrupção e incontinência pública.
- (D) dilapidação do patrimônio nacional e abandono do cargo.
- (E) aplicação irregular de dinheiros públicos e lesão aos cofres públicos.

183. (Analista Judiciário – Jud/Exec Mand – TRT 23ª R/2004) - Zeus Chaves, nomeado para o cargo de Analista Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, por estar cumprindo o período do estágio probatório (A) não terá direito ao afastamento para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere, mas terá direito à licença para o serviço militar.
(B) poderá ser afastado para estudo no exterior, mas não terá o direito à licença por motivo de doença em pessoa da família.
(C) não poderá obter licença para desempenhar atividade política, mas o direito ao afastamento para missão no exterior estará resguardado.
(D) terá direito à licença para fins de capacitação profissional, mas não poderá obter o afastamento para servir em outra entidade.
(E) não terá direito à licença para desempenho de mandato classista, mas estará resguardado o direito de afastamento para exercício de mandato eletivo.

184. (Analista Judiciário – Jud/Exec Mand – TRT 23ª R/2004) - A servidora do Poder Judiciário Federal, Afrodite Costa de Lima, foi aplicada a pena de advertência por escrito, pelo fato de ter recusado, no dia 13 de fevereiro de 2003, fé a documento público que lhe foi encaminhado, por outro servidor, para fins de contagem de tempo de serviço. Posteriormente, no dia 20 de janeiro de 2004, sem prévia autorização do seu chefe imediato, e posterior justificativa, ausentou-se do serviço no decorrer do horário de expediente, ausência essa que perdurou por 4 horas. Em decorrência desses fatos, a servidora será aplicada a pena de
(A) destituição do cargo.
(B) nova advertência por escrito.
(C) multa, na base de 25% por dia de remuneração.
(D) suspensão de até 90 dias.
(E) exoneração de ofício.

185. (Analista Judiciário – Jud/Exec Mand – TRT 23ª R/2004) - Diante dos preceitos constantes no diploma legal que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, vedando, em regra, a acumulação remunerada de cargos públicos, considere:
I. Descharacteriza-se a acumulação proibida, a percepção de vencimento de emprego público efetivo com proventos decorrentes da aposentadoria.
II. Configura-se acumulação vedada, receber vencimento decorrente de emprego público em sociedade de economia mista da União com proventos da inatividade.
III. A acumulação será ilegal quando ocorrer o recebimento de remuneração em razão de emprego em empresa pública dos Estados com proventos da aposentadoria obtida perante o Poder Judiciário da União.
IV. Não será vedada a acumulação pelo recebimento de salário decorrente de emprego em fundações públicas com proventos pela inatividade no Poder Legislativo dos Municípios.
Está correto o que se afirma APENAS em
(A) I.
(B) I e III.
(C) II e III.
(D) II.
(E) III e IV.

186. (Analista Judiciário – Jud – TRT 23ª R/2004) - O servidor público do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Zeus dos Prazeres, ocupante do cargo de analista judiciário, após ter sido observado o contraditório e a ampla defesa, foi demitido por decisão administrativa. Inconformado com essa decisão, poderá requerer administrativa ou judicialmente a sua reinvestidura mediante
I. reintegração no cargo anteriormente ocupado, desde que seja estável, com o consequente ressarcimento de todas as vantagens.
II. reversão no cargo antes ocupado ou resultante da transformação, seja ele estável ou não.
III. recondução no cargo ocupado anteriormente, desde que estável, com direito à indenização de todas as vantagens.
IV. readaptação, seja ou não estável, a qual deverá ocorrer no mesmo cargo antes ocupado, sem direito à indenização.
Está correto o que se afirma APENAS em
(A) I.
(B) II.
(C) II e III.
(D) III e IV.
(E) IV.

187. (Analista Judiciário – Jud – TRT 23ª R/2004) - A pena de suspensão de Zeus Júnior, servidor público do Tribunal Superior do Trabalho, não estável, pelo prazo de 15 dias, convertida em multa, será tida como legítima, até prova em contrário,
(A) por ser auto-executável, como um dos requisitos intrínsecos do ato.
(B) por ser ou não o correspondente ato portador do elemento denominado motivo.
(C) em face de ter observado a forma como atributo do ato.
(D) em decorrência do atributo denominado presunção de legitimidade.
(E) desde que corresponda a figuras definidas previamente pela lei, como um dos elementos do ato.

188. (Analista Judiciário – Jud - TRT 23ª R/2004) - Prescreverão em 5 e 2 anos, respectivamente, as ações disciplinares decorrentes das infrações de
(A) cassação de aposentadoria e repreensão.

- (B) cassação de readmissão e advertência.
- (C) suspensão convertida em multa e repreensão.
- (D) disponibilidade e suspensão.
- (E) destituição de cargo em comissão e suspensão.

189. (Analista Judiciário – Jud – TRT 23ª R/2004) - Os fatos de não sendo satisfeitas pelo servidor público as condições do estágio probatório e, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido, acarretarão a vacância do cargo público mediante ato de
(A) transposição e recondução, respectivamente.
(B) demissão para ambos os casos.
(C) exoneração de ofício para ambos os casos.
(D) disponibilidade e transposição, respectivamente.
(E) recondução e disponibilidade, respectivamente.

190. (Técnico Judiciário - Adm – TRT 23ª R/2004) - Tendo em vista a Lei no 8.112/90, e alterações posteriores, é forma de provimento de cargo público, dentre outras, a
(A) ascensão.
(B) transferência.
(C) aposentadoria.
(D) reversão.
(E) exoneração.

191. (Técnico Judiciário - Adm – TRT 23ª R/2004) - Conforme a Lei no 8.112/90, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, é correto afirmar que
(A) as férias poderão ser parceladas em até três etapas, desde que assim requeridas pelo servidor, e no interesse da Administração Pública.
(B) o servidor fará jus a quarenta dias de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de dois períodos, no caso de necessidade do serviço, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica.
(C) para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 6 meses de exercício, não sendo permitido levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.
(D) as férias não poderão ser interrompidas, mesmo ocorrendo convocação para júri, serviço militar ou eleitoral, ou por necessidade do serviço declarada pela autoridade máxima do órgão ou entidade.
(E) o servidor que opera direta e permanentemente com Raios X ou substâncias radioativas gozará 30 dias consecutivos de férias, por semestre de atividade profissional, permitida em qualquer hipótese a acumulação.

192. (Analista Judiciário – Jud/Exec Mand – TRF 4ª R/2004) - O provimento derivado de cargo público compreende, dentre outras formas, a
(A) promoção e a readmissão.
(B) transposição e o aproveitamento.
(C) ascensão e a transferência.
(D) ascensão e a readaptação.
(E) reversão ex officio e a reintegração.

193. (Analista Judiciário – Jud/Exec Mand – TRF 4ª R/2004) - Da sindicância poderá resultar
(A) sustação do andamento do inquérito administrativo, aplicação da penalidade de suspensão convertida em multa e destituição de cargo público.
(B) arquivamento do processo administrativo disciplinar, aplicação das penalidades de suspensão de até sessenta dias e de demissão.
(C) arquivamento do processo, aplicação da penalidade de advertência e instauração do processo administrativo disciplinar.
(D) aplicação das penalidades de suspensão de até 90 dias ou de demissão e instauração do inquérito administrativo.
(E) desarquivamento do processo administrativo disciplinar para instauração do inquérito administrativo e aplicação das penalidades de advertência e suspensão de até trinta dias.

194. (Analista Judiciário – Jud/Exec Mand – TRF 4ª R/2004) - Quanto às penalidades passíveis de serem aplicadas ao servidor público civil da União, analise:
I. A demissão ou a destituição de cargo em comissão implica a indisponibilidade dos bens e em ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.
II. A destituição de cargo em comissão ou a demissão incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de cinco anos.
III. Não poderá retornar ao serviço público federal o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão.
Essas consequências resultam, respectivamente, das seguintes condutas:
(A) aplicação irregular de dinheiro público: valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; e improbidade administrativa.
(B) incontinência pública e conduta escandalosa na repartição; participar de gerência de empresa privada; e lesão aos cofres públicos ou dilapidação do patrimônio nacional.
(C) ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular; coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a partido político; e acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas.
(D) utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares; aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro; e revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo.
(E) corrupção; receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições; insubordinação grave em serviço.

195. (Analista Judiciário – Jud/Sem Esp – TRF 4ª R/2004) - A pena de advertência será aplicada por escrito, dentre outras situações, nos casos de violação da proibição de
(A) retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição e utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em atividades particulares.

(B) ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato ou manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil.
(C) recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado, ou proceder de forma desidiosa para com suas atribuições legais.
(D) aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro e promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição.
(E) opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo e praticar usura sob qualquer de suas formas.

196. (Analista Judiciário – Jud/Sem Esp – TRF 4ª R/2004) - As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de
(A) um e dois anos de efetivo exercício, respectivamente, a partir da data da aplicação da penalidade, mas o respectivo cancelamento não terá efeito retroativo.
(B) três anos de exercício, desde que nesse período o servidor não pratique nova infração disciplinar da mesma espécie, retroagindo os efeitos do cancelamento à data do respectivo fato.
(C) três e cinco anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar, sendo que o respectivo cancelamento não surtirá efeitos retroativos.
(D) cinco anos de exercício, contados da data da aplicação da penalidade, no caso do servidor não praticar nova infração nesse período, mas o cancelamento surtirá efeitos somente quanto à advertência.
(E) cinco anos de efetivo exercício, a partir da publicação do ato punitivo, sendo que o correspondente cancelamento acarretará a supressão das anotações no prontuário do servidor.

197. (Técnico Judiciário – Jud-Adm/Sem Esp – TRF 4ª R/2004) - Com relação ao processo disciplinar instaurado para apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenham relação com as atribuições do cargo em que se encontra investido, é correto afirmar:
(A) o servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.
(B) o prazo improrrogável para a conclusão do processo disciplinar é de até 60 (sessenta) dias.
(C) o julgamento que exceder o prazo legal fixado na lei implica nulidade insanável do processo disciplinar.
(D) extinta a punibilidade pela prescrição, é vedado o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.
(E) achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, o processo administrativo será suspenso por até 2 (dois) anos, não se admitindo a citação por edital.

198. (Técnico Judiciário – Jud-Adm/Sem Esp – TRF 4ª R/2004) - Quanto à revisão do processo administrativo disciplinar, é correto afirmar que
(A) dar-se-á a revisão, também, quando houver simples alegação de injustiça da penalidade aplicada.
(B) a revisão somente pode ser instaurada a pedido do servidor punido.
(C) a revisão pode resultar no agravamento da penalidade quando restar caracterizado o interesse público.
(D) a inadequação da penalidade aplicada ao servidor pode ser revista a qualquer tempo.
(E) o ônus da prova cabe à autoridade que impôs a pena disciplinar, quando esta consistir em demissão ou cassação de aposentadoria.

199. (Auditor – TC-PI/2005) - Um concurso público para preenchimento de 30 cargos públicos teve 40 aprovados, dos quais os 30 primeiros efetivamente foram nomeados. Tal concurso fora convocado com o prazo máximo de validade permitido na Constituição, admitida a prorrogação também pelo máximo constitucionalmente permitido. Isso significa que, caso novas 10 vagas sejam abertas, os 10 aprovados remanescentes
(A) serão convocados com prioridade sobre novos concursados, apenas se a convocação se der ao longo do prazo de 4 anos a contar do termo inicial de validade do concurso em questão.
(B) serão convocados com prioridade sobre novos concursados, apenas se a convocação se der ao longo do prazo de 6 anos a contar do termo inicial de validade do concurso em questão.
(C) serão convocados com prioridade sobre novos concursados, apenas se a convocação se der ao longo do prazo de 2 anos a contar do termo inicial de validade do concurso em questão.
(D) serão convocados com prioridade sobre novos concursados, apenas se a convocação se der ao longo do prazo de 5 anos a contar do termo inicial de validade do concurso em questão.
(E) terão perdido a prioridade, independentemente do prazo original do concurso em questão, dado que as 30 vagas postas em concurso foram todas preenchidas.

200. (Procurador – TC-PI/2005) - Servidor público do Estado do Piauí, no exercício de suas atribuições, constata a prática de irregularidade no órgão em que está lotado. Deixa, contudo, de levar essa informação ao conhecimento de seu superior hierárquico.
Ao assim proceder, o servidor
(A) não violou dever inerente ao cargo, pois o exercício do direito de petição é facultativo.
(B) violou dever inerente ao cargo, devendo ser obrigatoriamente punido com advertência.
(C) violou dever inerente ao cargo, devendo ser obrigatoriamente punido com suspensão.
(D) violou dever inerente ao cargo, devendo ser obrigatoriamente punido com demissão.
(E) violou dever inerente ao cargo, tornando-se passível de advertência por escrito, se não se justificar penalidade mais grave.

201. (Procurador – TC-PI/2005) - Dentre as diferenças existentes entre a sindicância punitiva e o processo administrativo disciplinar no Estado do Piauí, pode-se citar
(A) a aplicação da sindicância punitiva a casos mais graves.
(B) o prazo de 30 (trinta) dias para o encerramento da sindicância punitiva, prorrogável por igual período.
(C) o processamento do processo administrativo disciplinar perante uma comissão.
(D) a inexistência de contraditório e ampla defesa na sindicância punitiva.
(E) o fato de o processo administrativo disciplinar precisar ser antecedido por um inquérito.

202. (Procurador – TC-PI/2005) - NÃO é direito constitucionalmente assegurado aos servidores públicos
(A) o recebimento de décimo-terceiro salário.

(B) o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.
(C) a jornada máxima de quarenta e quatro horas mensais.
(D) a proteção do meio ambiente do trabalho.
(E) a garantia de não recebimento de vencimentos inferiores ao salário mínimo.

203. (Procurador – TC-PI/2005) - Determinada pessoa foi nomeada para cargo de provimento efetivo no Estado do Piauí, após aprovação em concurso público. Convocada para tomar posse do cargo, deixa passar mais de 30 (trinta) dias e não comparece, sem justificativa razoável. A consequência dessa omissão é a
(A) exoneração do servidor.
(B) ineficácia da nomeação.
(C) demissão do servidor.
(D) nulidade do termo de posse.
(E) caducidade do concurso público

204. (Procurador – TC-PI/2005) - É ato administrativo privativo do Governador do Estado do Piauí a
(A) aplicação, a servidor de autarquia estadual, da pena disciplinar de cassação da aposentadoria.
(B) aplicação, a servidor do Poder Legislativo, da pena disciplinar de demissão.
(C) aplicação de sanção de inidoneidade para contratação com a Administração Pública, no âmbito da execução de contrato administrativo.
(D) contratação de empregado de sociedade de economia mista.
(E) homologação e ratificação da declaração de ineligibilidade de licitação.

205. (Procurador do Estado de São Paulo/2002) - A contratação de servidores públicos pelo regime da CLT
(A) é inconstitucional porque implica terceirização de mão-de-obra.
(B) é inconstitucional porque pelo regime jurídico único todos os servidores públicos submetem-se ao regime estatutário.
(C) é possível para preenchimento de empregos públicos.
(D) é constitucional forma de flexibilização da mão-de-obra no setor público, podendo a Administração Pública prover o preenchimento de cargos públicos com servidores contratados nesse regime.
(E) admite a derrogação das normas da CLT pela legislação estadual e municipal.

206. (Procurador do Estado de São Paulo/2002) - Em Janeiro de 1996 foi instaurado processo administrativo disciplinar para apurar falta cometida em dezembro de 1995 por servidor efetivo do Estado, que teria se ausentado do serviço sem autorização de seu superior hierárquico. Referido servidor foi demitido do serviço público em dezembro de 1999. Por decisão que transitou em julgado em março de 2001, o Poder Judiciário reconheceu a nulidade do processo disciplinar por falhas constatadas na Portaria inicial. Em vista disso, a Administração deve
(A) reiniciar o processo disciplinar, requerendo em juízo a concessão de liminar para que o servidor continue afastado durante a apuração.
(B) sem reintegrar o servidor, refazer imediatamente o Processo administrativo disciplinar, garantindo ao acusado o direito de defesa, porque não se pode falar em prescrição da falta disciplinar enquanto pendente a apreciação judicial.
(C) reintegrar o servidor e imediatamente refazer o Processo administrativo disciplinar, garantindo ao acusado o direito de defesa, para só aí, após a nova apuração, demiti-lo, se for o caso, na medida em que não está configurada a prescrição na espécie.
(D) requerer que o Judiciário apure a falta disciplinar, bem como conceder liminarmente ordem para que o servidor continue afastado do serviço durante a apuração.
(E) reintegrar o servidor, não devendo reiniciar o processo disciplinar por já estar prescrita a falta.

207. (Procurador do Estado de Pernambuco/2004) - O Procurador do Estado de Pernambuco que se valer do cargo para obtenção de vantagem ilícita comete ato de improbidade, punível com pena de
(A) demissão, mediante instauração de processo administrativo disciplinar, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.
(B) cassação de vencimentos por prazo determinado e, na reincidência, expulsão por meio de processo administrativo disciplinar sumário.
(C) expulsão, mediante instauração de sindicância, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.
(D) demissão, mediante instauração de processo administrativo disciplinar sumário.
(E) expulsão, sendo necessário, para tanto, processo judicial.

208. (Procurador do Estado de Pernambuco/2004) - Um funcionário público aposentado por tempo de serviço com proventos integrais é posteriormente nomeado para exercício de cargo efetivo dentro da mesma pessoa política à qual estava subordinado, para desempenho das mesmas atividades. Nesta situação, de acordo com entendimento do Supremo Tribunal Federal, a acumulação dos proventos dá inatividade com os vencimentos da atividade
(A) não é possível, porque a aposentadoria não se deu com base nos vencimentos proporcionais e sim integrais.
(B) é possível, pois a vedação de acumulação de cargos efetivos restringe-se à ativa, devendo apenas ser respeitado o teto máximo salarial em vigor para a categoria.
(C) não é possível, porque os cargos não eram acumuláveis na ativa e, portanto, não podem sê-lo na inatividade.
(D) é possível, vez que a proibição constitucional refere-se à acumulação de cargos, nada dispondo sobre acumulação de remuneração.
(E) é possível, posto que a vedação constitucional refere-se apenas à acumulação de cargo com emprego ou função.

209. (Analista Judiciário – Jud – TRT 22ª R/2004) - Jorgina Maria, titular do cargo de Analista Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, foi designada, por ato da autoridade competente, para substituir Ana Maria, Diretora dos Serviços Gerais daquela Corte. Em decorrência do afastamento daquela Diretora, por motivo de estudo no exterior, Jorgina
(A) não poderá substituir aquela Diretora, haja vista que a sua designação somente poderá operar efeitos nos casos de licenças e impedimentos de ordem legal.

(B) poderá assumir aquela Diretoria mediante autorização do seu superior, ficando automaticamente afastada das funções inerentes ao cargo de Analista Judiciário e passará a receber a diferença da remuneração entre o cargo efetivo e o de direção.

(C) passará a exercer o cargo de direção imediatamente, com prejuízo das funções do cargo que ocupa, devendo receber a remuneração correspondente ao cargo efetivo, acrescida de 20% (vinte por cento) , a título de verba de representação.

(D) assumirá automática e cumulativamente aquela Diretoria, sem prejuízo do cargo efetivo, devendo optar pela remuneração correspondente a um desses cargos durante o período de substituição.

(E) deverá assumir a Diretoria tão logo ocorra a liberação formal do seu superior, com prejuízo parcial das funções do seu cargo efetivo, passando a receber a remuneração do cargo de Diretora, acrescida de 10% (dez por cento) de gratificação.

210. (Analista Judiciário – Jud – TRT 22º R/2004) - Para o provimento dos cargos públicos de técnico judiciário, requisitos devem ser satisfeitos pelos interessados, dentre os quais podem ser destacados:

(A) a nacionalidade brasileira, a quitação com as obrigações militares e idade mínima de dezoito anos, para fins da investidura.

(B) aptidão física e mental e nível de escolaridade compatível com as atribuições do cargo, no ato em que o servidor for iniciar o exercício.

(C) o gozo dos direitos políticos e a regularidade com as obrigações eleitorais, a serem comprovados no prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação do ato de provimento.

(D) a apresentação da declaração de bens e valores que constituem o respectivo patrimônio, por ocasião do exercício, que deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias contados do ato de posse.

(E) idade mínima de dezoito anos e nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, até (cinco) dias após a posse e antes do efetivo desempenho das atribuições do cargo.

211. (Analista Judiciário – Jud – TRT 22º R/2004) - Em conformidade com a Lei Federal no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas posteriores alterações, indique, dentre as alternativas a seguir, aquela que contém, respectivamente, uma afirmação INCORRETA (1) e outra CORRETA (2) :

(A) (1) Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão; (2) Para efeitos do diploma legal supracitado, servidor é a pessoa física ou jurídica legalmente investida em cargo público, emprego, função ou mediante delegação.

(B) (1) Cargo público corresponde ao conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor; (2) Os cargos públicos são criados por lei ou decreto regulamentar, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

(C) (1) Servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público; (2) Cargo público corresponde ao conjunto de responsabilidades, poderes e deveres estabelecidos mediante ato normativo individual, de competência exclusiva dos Chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

(D) (1) O diploma legal supracitado veda a prestação de serviços gratuitos, podendo essa regra ser excepcionada por lei; (2) O mesmo diploma legal instituiu o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, exclusive os da administração indireta.

(E) (1) O citado diploma legal dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União e das autarquias federais, excluídas aquelas sob regime especial e as fundações públicas federais e distritais; (2) Servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público.

212. (Analista Judiciário – Adm – TRT 22º R/2004) - Após regular processo disciplinar, Aristóteles Mendes, servidor estável, foi demitido do cargo de técnico administrativo, que passou, então, a ser ocupado por Hércules Júnior, também detentor de estabilidade. Posteriormente, decisão administrativa invalidou a penalidade de demissão acima mencionada. Em virtude desse fato, Aristóteles foi reinvestido no cargo de técnico administrativo e Hércules retornou ao cargo anterior. Essas duas formas de provimento descritas correspondem, respectivamente, a

(A) recondução e à reversão.

(B) readaptação e à recondução.

(C) reversão e à reintegração.

(D) reintegração e à readaptação.

(E) reintegração e à recondução.

213. (Analista Judiciário – Adm – TRT 22º R/2004) - Servidor público de autarquia federal foi investido no cargo de vereador da cidade de Vento Forte. Como a Câmara Municipal se reúne apenas 2 (duas) vezes por semana, no período da noite, o servidor passou a exercer ambos os cargos, uma vez que havia compatibilidade de horários. Em virtude desse fato,

(A) apenas receberá as vantagens do cargo eletivo.

(B) terá que optar por uma das duas remunerações.

(C) perceberá as vantagens correspondentes aos dois cargos.

(D) somente receberá as vantagens inerentes ao cargo ocupado na autarquia.

(E) perceberá 50% (cinquenta por cento) de cada remuneração.

214. (Analista Judiciário – Adm – TRT 22º R/2004) - Em relação ao processo administrativo disciplinar regulado pela Lei no 8.112/90, pode-se afirmar que

(A) apenas o cônjuge do indiciado não poderá participar da comissão de inquérito.

(B) o julgamento fora do prazo legal implica nulidade do processo.

(C) o processo disciplinar é considerado instaurado com a publicação do ato de constituição da comissão de inquérito.

(D) a revisão do processo poderá resultar no agravamento da penalidade.

(E) a comissão tem prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias para concluir o processo disciplinar.

215. (Analista Judiciário – Jud/Exec Mand – TRT 22º R/2004) - Com a nomeação de Agenor para o cargo de Analista Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, pode-se asseverar que o correspondente ato constitui forma de

(A) provimento originário a esse cargo público, ficando a investidura na dependência da posse e exercício.

(B) investidura originária no citado cargo público, ocorrendo o provimento com o exercício.

(C) ascensão ao referido cargo público, ao passo que a investidura ocorre com a nomeação.

(D) investidura derivada ao respectivo cargo público, podendo ocorrer o provimento com o exercício.

(E) provimento desse cargo público, sendo que a investidura ocorrerá com a posse.

216. (Analista Judiciário – Jud/Exec Mand – TRT 22º R/2004) - Analise os comportamentos dos servidores públicos do Ministério da Justiça a seguir descritos:

I. O ato de Paulo levar para a sua residência, sem prévia autorização da autoridade competente, o seu superior hierárquico, o notebook pertencente àquele Ministério, para fim de realizar trabalho da Faculdade.

II. A conduta de Djanir no sentido de proceder, reiteradamente, de forma desidiosa no exercício das suas funções.

III. A inassiduidade habitual de Jurandir. Esses comportamentos são passíveis, respectivamente, das seguintes penalidades:

(A) suspensão de até 20 (vinte) dias, suspensão de até 30 (trinta) dias e advertência.

(B) suspensão de até 60 (sessenta) dias convertida em multa, advertência e demissão.

(C) advertência, demissão e suspensão de até 60 (sessenta) dias.

(D) demissão, suspensão de 15 (quinze) dias, convertida em multa, e advertência.

(E) advertência, suspensão de até 90 (noventa) dias e demissão.

217. (Analista Judiciário – Adm – TRT 8º R/2004) - Amandaliceia e seu companheiro Deodatoclessiano, servidores do Ministério da Fazenda, exercem as suas funções na cidade de Casópolis do Alto. No entanto, Deodatoclessiano solicitou e obteve deferido o pedido para passar, definitivamente, a ter exercício no Município de Colômbia, no mesmo Estado. Em razão da instalação em nova sede, Deodatoclessiano receberá a correspondente ajuda de custo. No mesmo mês, objetivando acompanhar Deodatoclessiano, Amandaliceia teve deferido o pedido para passar a ter exercício no mesmo município de seu companheiro, requerendo, no mesmo ato, a correspondente ajuda de custo. Nessa hipótese,

(A) Amandaliceia não terá direito à ajuda de custo, por estar vedado o duplo pagamento de indenização.

(B) deverá ocorrer o segundo pagamento, desde que esses servidores mantenham a união estável há pelo menos cinco anos.

(C) Amandaliceia receberá o valor correspondente a cinquenta por cento daquela recebida pelo seu companheiro.

(D) o segundo pagamento será devido somente após o estágio probatório na nova sede.

(E) a servidora terá o direito a receber a indenização pleiteada, desde que tenha cumprido o prazo do estágio probatório na sede anterior.

218. (Analista Judiciário – Adm – TRT 8º R/2004) - Com relação ao processo administrativo disciplinar, é correto afirmar:

(A) A revisão do processo administrativo disciplinar somente pode ser realizada a pedido do servidor punido, até 5 (cinco) anos de sua conclusão.

(B) O inquérito administrativo possui caráter inquisitivo, devendo a autoridade responsável por sua instauração guardar o sigilo sobre suas informações.

(C) A autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público deve verificar a conveniência e oportunidade de sua apuração mediante sindicância.

(D) O prazo improrrogável para a conclusão do processo administrativo disciplinar é de 60 (sessenta) dias.

(E) Considera-se instaurado o processo administrativo disciplinar com a publicação do ato que constitui a comissão de inquérito.

219. (Analista Judiciário – Jud/Exec Mand – TRT 8º R/2004) - Com referência aos servidores públicos, nos termos da Lei no 8.112/90 e suas alterações, é INCORRETO afirmar:

(A) Autoridade competente determinou à servidora pública que se submetesse à inspeção médica, mas ela recusou-se, sem apresentar nenhuma justificativa. Nesse caso, a servidora será punida com suspensão de até 15 (quinze) dias, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.

(B) O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 3 (três) anos de efetivo exercício.

(C) Servidor público federal foi aprovado em concurso público para cargo diverso daquele que atualmente exerce. Na data da publicação do ato de provimento para o novo cargo, está afastado para servir em organismo internacional de que o Brasil participa. Nesse caso, a posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento.

(D) A vacância do cargo público decorrerá, dentre outras hipóteses, de falecimento, ou readaptação, ou posse em outro cargo inacumulável.

(E) É cabível a concessão de horário especial ao servidor que tenha cônjuge, filho ou dependente portador de deficiência física, independentemente de compensação de horário.

220. (Analista Judiciário – Jud – TRT 8º R/2004) - Em conformidade com o diploma legal que instituiu o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, Dimostecleciano, analista judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, deverá observar que

(A) não poderá ter participação no conselho fiscal de empresa em que a União, diretamente, seja detentora do capital social.

(B) poderá tomar parte na administração de sociedade civil.

(C) não poderá exercer o comércio na condição de cotista.

(D) será vedada a participação em conselho de administração de entidades controladas, indiretamente, pela União.

(E) será proibida a sua participação na gerência de empresa privada.

221. (Técnico Judiciário – Adm – TRT 8º R/2004) - Tendo em vista o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas, em especial quanto ao vencimento e à remuneração do servidor, é INCORRETO afirmar:

(A) O servidor público federal investido em cargo público em comissão, pertencente a órgão estadual, terá a remuneração relativa a esse cargo paga pelo órgão cessionário.

(B) O servidor que retornar à atividade por interesse da administração perceberá, em substituição aos proventos da aposentadoria, a remuneração do cargo que voltar a exercer, inclusive com as vantagens de natureza pessoal que percebia anteriormente à aposentadoria.

(C) Considera-se acumulação proibida a percepção de vencimento de cargo ou emprego público efetivo com proventos da inatividade, salvo quando os cargos dos quais decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade.

(D) O servidor público aposentado, que está em débito com o erário e tem a aposentadoria cassada, terá o prazo de 30 (trinta) dias para quitar o débito, mas, em não sendo possível, poderá obter autorização para adimplimento em até 10 parcelas.

(E) O vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultante de decisão judicial.

222. (Técnico Judiciário - Adm – TRT 8ª R/2004) - A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade. Além desses requisitos, outros serão estabelecidos pela lei que fixar as diretrizes do sistema de carreira na Administração Pública Federal e

(A) suas portarias.

(B) seus regulamentos.

(C) seus proventos.

(D) seus decretos.

(E) suas circulares.

223. (Analista Judiciário – Jud/Adm – TRT 15ª R/2004) - A exoneração do servidor de cargo em comissão e de cargo efetivo, poderão se dar, respectivamente,

(A) a juízo da autoridade competente; e de ofício.

(B) após o decurso de 20 (vinte) anos de exercício; e a pedido da chefia imediata.

(C) quando não entrar imediatamente em exercício; e desde que tenha decorrido 2 (dois) anos da posse.

(D) quando não satisfeitas as condições do estágio probatório; e a juízo da autoridade.

(E) por deliberação dos integrantes do respectivo órgão público; e em decorrência da designação para função técnica.

224. (Analista Judiciário – Jud/Adm – TRT 15ª R/2004) - Dentre outras, são características da licença por motivo de afastamento do cônjuge,

(A) o deslocamento deste para o exercício de qualquer mandato eletivo e a licença será por prazo determinado.

(B) a transferência deste para o exterior e a licença será com ou sem remuneração, conforme dispuser o ato concessivo.

(C) o deslocamento deste para o exterior e a licença será com remuneração.

(D) a transferência deste para outro órgão público no mesmo Estado e a licença será com remuneração.

(E) o deslocamento deste para outro ponto do território nacional e a licença será por prazo indeterminado.

225. (Técnico Judiciário – Jud/Adm – TRT 15ª R/2004) - É certo afirmar que, se Vera Maria estiver no efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança, tal situação diz respeito

(A) ao exercício.

(B) à investidura.

(C) à nomeação.

(D) à recondução.

(E) ao aproveitamento.

226. (Técnico Judiciário – Jud/Adm – TRT 15ª R/2004) - Luís José, servidor público federal, recebeu as diárias a que tinha direito; entretanto, por motivo de saúde, não se afastou da sede. Nesse caso, Luís José deverá restituir as diárias recebidas

(A) singelamente, no prazo de 3 (três) dias.

(B) integralmente, no prazo de 5 (cinco) dias.

(C) proporcionalmente, dentro do prazo de 10 (dez) dias.

(D) parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias.

(E) integralmente, dentro do prazo de 20 (vinte) dias.

227. (Técnico Judiciário – Jud/Adm – TRT 15ª R/2004) - No que se refere ao direito de petição, é correta a afirmação de que

(A) para o exercício desse direito, é assegurada vista do processo, privativamente ao advogado constituído pelo servidor.

(B) são sempre fatais e improrrogáveis os prazos estabelecidos para assegurar esse direito.

(C) é facultada à Administração rever seus atos no prazo legal, quando elvidos de ilegalidade.

(D) o pedido de reconsideração e o recurso, pela sua natureza, não têm força interruptiva da prescrição.

(E) a prescrição do direito de requerer é de ordem pública, não podendo ser relevada pela administração.

228. (Técnico Judiciário – Jud/Adm – TRT 15ª R/2004) - Walter exerce cargo em comissão na Administração Pública Federal, mas não é ocupante de cargo efetivo. Nesse caso, a pena disciplinar de destituição de cargo em comissão será aplicada no caso de infração sujeita às penalidades de

(A) cassação de função e suspensão.

(B) multa e repreensão grave.

(C) suspensão e demissão.

(D) exoneração e multa.

(E) demissão e repreensão grave.

229. (Analista Judiciário – Jud/Exec Mand – TRT 15ª R/2004) - Para o servidor público, é considerado dever, no primeiro caso, e é caracterizada uma proibição, no segundo caso, respectivamente, dentre outras situações:

(A) cumprir todas as ordens superiores; e ausentar-se do serviço durante o expediente.

(B) levar ao conhecimento da autoridade quaisquer irregularidades; e atrasar a atualização de seus dados cadastrais.

(C) atender com presteza às requisições para a defesa da Fazenda Pública; e promover manifestações de apreço no recinto da repartição.

(D) prestar, ao público, quaisquer informações requeridas; e cometer a outro servidor, em qualquer situação, atribuição estranha ao cargo que ocupa.

(E) representar apenas contra a omissão ou abuso de poder; e opor resistência ao andamento de documento ou processo.

230. (Analista Judiciário – Jud/Exec Mand – TRT 15ª R/2004) - No que se refere à ajuda de custo, é certo que essa modalidade de indenização

(A) é calculada sobre o vencimento do servidor, não podendo exceder a importância correspondente a 2 (dois) meses.

(B) é vedada, em qualquer hipótese, àquele que não for servidor da União, ainda que nomeado para cargo em comissão.

(C) destina-se a ressarcir as despesas do servidor que utilizar de meios próprios de locomoção para a execução de serviços externos.

(D) deverá ser restituída pelo servidor apenas quando não se apresentar na nova sede no prazo de 60 (sessenta) dias.

(E) não será concedida ao servidor que se afastar do cargo, ou assumi-lo, em virtude de mandato eletivo.

231. (Analista Judiciário – Adm – TRT 9ª R/2004) - Exercendo as funções inerentes ao cargo em comissão de Diretor de Departamento perante a Administração Direta da União, Reinaldo Júnior também participa como membro do Conselho de Administração de uma empresa com personalidade jurídica de direito privado, constituída por capital público e privado, no qual exerce as correspondentes atribuições. No caso em tela:

I. Estará configurada a acumulação remunerada de cargos públicos, independentemente da compatibilidade de horários, uma vez que a empresa pública em questão integra a administração direta da União.

II. Não estará configurada a acumulação remunerada de cargos públicos, eis que a lei que institui o regime jurídico dos servidores públicos civis da União admite o recebimento de remuneração por participação nesse Conselho.

III. Como o Conselho de Administração constitui órgão pertencente a uma sociedade de economia mista, a acumulação remunerada de cargos públicos estará caracterizada, posto que essa pessoa jurídica de direito privado integra a Administração Direta da União.

IV. Tendo a referida empresa a natureza jurídica de empresa pública, a acumulação remunerada de cargos públicos restará descaracterizada, mesmo que se verifique a incompatibilidade de horários.

Dentre estas proposições, APENAS está correto o que consta em

(A) I.

(B) II.

(C) I e III.

(D) II e IV.

(E) III.

232. (Técnico Judiciário – Adm – TRT 9ª R/2004) - Determinado servidor público federal, titular do cargo de técnico judiciário, negou-se, injustificadamente, a passar por inspeção médica determinada pela autoridade competente. Em virtude de mencionada recusa e após ser observado o contraditório e a ampla defesa, o servidor

(A) deverá sofrer a pena de advertência.

(B) ficará em licença saúde até a data em que comparecer ao Departamento Médico para submeter-se à inspeção médica.

(C) será punido com a suspensão de até 15 (quinze) dias.

(D) poderá sofrer a pena de suspensão de até 30 (trinta) dias.

(E) deverá cumprir o período de até 60 (sessenta) dias de disponibilidade não remunerada.

233. (Técnico Judiciário – Adm – TRT 9ª R/2004) - João Augusto é submetido à junta médica oficial que declara insubsistentes os motivos de sua aposentadoria por invalidez. Em virtude de tal fato, reassume o cargo anteriormente ocupado de técnico judiciário. O provimento derivado em questão denomina-se

(A) readaptação.

(B) reversão.

(C) reintegração.

(D) recondução.

(E) aproveitamento.

234. (Técnico Judiciário – Adm – TRT 9ª R/2004) - José Caetano, aprovado e nomeado para o cargo de técnico judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, sendo inabilitado no estágio probatório,

(A) será exonerado de ofício, acarretando a vacância do citado cargo.

(B) poderá ser colocado em disponibilidade, sem remuneração.

(C) deverá cumprir novo estágio probatório.

(D) será readaptado para cargo compatível com sua capacidade laboral.

(E) poderá ser reintegrado em outro cargo de atribuições e vencimentos compatíveis.

235. (Técnico Judiciário – Adm – TRT 9ª R/2004) - No decorrer do estágio probatório, Antunes Fiori, técnico judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, solicitou e recebeu o deferimento da autoridade competente para servir em organismo internacional do qual o Brasil participa. Nessa hipótese, o afastamento dar-se-á

(A) sem prejuízo do prazo para fins de estágio probatório, mas com perda de 10% (dez por cento) da remuneração por mês de afastamento, até o máximo de 50% (cinquenta por cento).

(B) sem prejuízo da remuneração durante os primeiros 6 (seis) meses, sendo contado pela metade o prazo de afastamento para fins de estágio probatório.

(C) com perda de até 50% (cinquenta por cento) da remuneração, a critério da Administração, mas sem prejuízo da contagem do prazo para fins de estágio probatório.

(D) com perda total da remuneração após os primeiros 6 (seis) meses, mas sem prejuízo do prazo de afastamento para fins de estágio probatório.

(E) com perda total da remuneração, ficando suspenso o estágio probatório durante o período de afastamento.

Gabarito:

1. E	76. C	151. A	226. B
2. D	77. A	152. A	227. E
3. D	78. D	153. C	228. C
4. B	79. B	154. E	229. C
5. A	80. A	155. B	230. E
6. B	81. B	156. A	231. B
7. A	82. C	157. B	232. C
8. E	83. A	158. E	233. B
9. A	84. D	159. E	234. A
10. B	85. D	160. A	235. E
11. A	86. B	161. B	
12. E	87. A	162. E	
13. A	88. D	163. C	
14. B	89. E	164. A	
15. C	90. A	165. C	
16. E	91. B	166. A	
17. A	92. C	167. D	
18. E	93. E	168. B	
19. D	94. B	169. D	
20. E	95. C	170. C	
21. C	96. E	171. E	
22. C	97. A	172. E	
23. D	98. D	173. D	
24. E	99. B	174. D	
25. E	100. A	175. B	
26. D	101. C	176. A	
27. A	102. E	177. C	
28. C	103. B	178. D	
29. E	104. E	179. D	
30. D	105. A	180. E	
31. A	106. C	181. C	
32. B	107. B	182. E	
33. C	108. E	183. E	
34. E	109. A	184. D	
35. B	110. D	185. C	
36. E	111. B	186. A	
37. A	112. E	187. D	
38. C	113. D	188. E	
39. E	114. C	189. C	
40. A	115. E	190. D	
41. E	116. D	191. A	
42. A	117. D	192. E	
43. C	118. C	193. C	
44. B	119. B	194. A	
45. D	120. E	195. B	
46. C	121. E	196. C	
47. A	122. B	197. A	
48. E	123. C	198. D	
49. C	124. A	199. A	
50. E	125. B	200. E	
51. A	126. D	201. B	
52. E	127. A	202. B	
53. B	128. A	203. B	
54. D	129. C	204. A	
55. A	130. E	205. C	
56. C	131. B	206. E	
57. B	132. C	207. A	
58. A	133. A	208. C	
59. C	134. A	209. D	
60. B	135. B	210. A	
61. D	136. C	211. E	
62. C	137. E	212. E	
63. A	138. C	213. C	
64. C	139. D	214. C	
65. D	140. B	215. E	
66. A	141. E	216. E	
67. B	142. A	217. A	
68. C	143. D	218. E	
69. B	144. B	219. E	
70. A	145. E	220. E	
71. A	146. E	221. D	
72. C	147. D	222. B	
73. A	148. B	223. A	
74. C	149. A	224. E	
75. E	150. B	225. A	